Lula: “É o povo que vai dirigir o país”

“Faria Lima só quer ganhar dinheiro à custa dos pobres”

HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 4.076 25 de Novembro a 1º de Dezembro de 2026

Ricardo Stuckert



Lula fez uma live junto com o deputado André Janones

“Eu não vou tirar um centavo do pobre para controlar orçamento”

O presidente Lula afirmou, no sábado (21), que o mercado financeiro só está preocupado em “ganhar mais dinheiro”. “Não posso ficar aceitando que esse bando de yuppies da Faria Lima fique querendo toda hora questionar a seriedade do governo, como se eles estivessem preocupados com os pobres. Não, eles estão preocupados em ganhar mais dinheiro”, avaliou. “Quem está preocupado com o povo pobre sou eu. Portanto, nós vamos dirigir o país do jeito que a gente quer dirigir. Não é o sistema financeiro que vai me ensinar a dirigir o país. Quem vai me ensinar a dirigir o país é o povo”, acrescentou. **Pág. 3**

Trump tenta impedir investigação na OMC de tarifaço contra Brasil

O governo dos Estados Unidos bloqueou na OMC (Organização Mundial do Comércio) na terça-feira (24) um pedido do Brasil para abrir uma investigação sobre as tarifas comerciais aplicadas por Donald Trump contra produtos brasileiros. O bloqueio foi feito durante reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em Genebra. A delegação dos EUA opôs-se à instalação de uma investigação. O Brasil vai recorrer. **Pág. 3**

AFP



Em histórica reunião, Xi cobra fim da guerra fria insuflada por EUA

Na tarde do dia 19 de novembro, o presidente Xi Jinping realizou uma reunião histórica em Shenzhen, no sul da China, com o presidente russo Vladimir Putin e o presidente dos EUA, Donald Trump. “Devemos manter a não interferência nos assuntos internos de outros países”, recomendou Xi, numa referência às ameaças intervencionistas de Trump. **P. 7**

Para o líder da oposição, progrom na Cisjordânia “é terrorismo judaico”

Gadi Eisenkot, líder oposicionista encarregado pela Presidência de Israel para formar governo o qual deve afastar o criminoso Netanyahu, qualificou os pogroms que os assaltantes de terras palestinas na Cisjordânia estão perpetrando com crescente ferocidade: “É terrorismo judaico”. **Pág. 6**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Sabesp - divulgação



Das 137 amostras contaminadas com Escherichia coli, 21 amostras positivas vieram da capital paulista

Água da Sabesp privatizada tem bactéria fecal em 68 municípios

Um levantamento com base em dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, identificou a presença da bactéria Escherichia coli (E. coli) em 137 amostras de água distribuída pela Sabesp em 68 municípios paulistas entre janeiro e setembro de 2026, período pós privatização da empresa, realizada por Tarcisio de Freitas. A E. coli é um indicador de contaminação por fezes humanas e animais, e sua presença na água tratada contraria os padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde. O levantamento foi realizado pelo portal NC News. A capital paulista registrou 21 amostras positivas, seguida por São José dos Campos, com nove. **Página 4**

Elias Jabbour: “guerra contra o juro está só começando”

“Existe uma guerra por vir aí, uma guerra em torno da taxa de juros, e essa sim, vai demandar toda a nossa energia”, afirmou o deputado federal Elias Jabbour, eleito pelo PCdoB do Rio de Janeiro. Elias fez uma avaliação da votação do PLP 299 do governo federal. “O PCdoB se debruçou sobre esse PLP, fizemos uma nota altamente crítica e propondo alternativas”, disse. **Pág. 2**

Semana Nacional consolida retorno da ciência no país

A ciência, definitivamente, retornou no cenário da realidade nacional. Essa foi a constatação feita, mais uma vez, pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, na abertura da 23ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, transcorrida na segunda-feira (23), depois de alguns anos de negacionismo e obscurantismo. A previsão é que mais de 100 mil pessoas, entre crianças, estudantes, professores, cientistas e famílias compareçam às dependências da atividade que vai até domingo (29). **P. 4**

Só com Lula batalha para reduzir juro pode ser vitoriosa

Pág. 3

HP 25 DE NOVEMBRO A 1º DE DEZEMBRO DE 2026

Ajuste fiscal e PIB

"A possibilidade de recuperação do ritmo de atividades econômicas de forma geral depende fundamentalmente da iniciativa do Estado"

PAULO KLIASS*

O debate em torno da necessidade ou de não aprofundar os aspectos regressivos do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) ganhou contornos especiais a partir do momento em que o governo encaminhou recentemente ao Congresso Nacional o PLP 299/2026. Como é sabido, o governo apresentou ainda durante o primeiro ano do terceiro mandato de Lula uma proposta de substituição à Emenda Constitucional nº 95, o conhecido Teto de Gastos de Michel Temer. Contrariando as promessas realizadas durante a campanha eleitoral, o Presidente da República não promoveu simplesmente a necessária e urgente revogação daquele trágico instrumento de austeridade. Ao que tudo indica, ele foi convencido pelo seu Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a substituir aquele dispositivo por uma lei complementar.

Na verdade, foi quase uma troca de seis por meia dúzia. Apesar de ter retirado o dispositivo da austeridade fiscal do corpo da Constituição, o fato concreto é que a essência da matéria foi mantida. O NAF mantém a lógica da obtenção de superávit fiscal primário, por meio de contenção das despesas não financeiras. Além disso, a Lei Complementar nº 200/2023 estabelece um teto de 2,5% do PIB como limite para o crescimento total das despesas orçamentárias primárias. Outro aspecto regressivo do texto refere-se ao limite de crescimento das despesas a um ritmo de apenas 70% (em alguns casos é reduzido a 50%) do ritmo de crescimento das receitas governamentais. Assim, de nada vale a narrativa de que o governo pretende elevar as receitas para buscar o tal do equilíbrio fiscal. Os gastos sempre ficarão abaixo das receitas.

Como existem algumas rubricas que, felizmente, têm assegurado um crescimento maior por uma vinculação explícita no texto constitucional com as receitas da União ou com o salário-mínimo, o que ocorre é a compressão ainda mais drástica de todos os demais dispêndios que não sejam saúde, educação e previdência social. Essa contradição intrínseca ao NAF é que tem feito com que diversos integrantes do governo e formuladores da Faria Lima tenham apresentado desde 2023 a necessidade de retirar tais "travas" que ainda asseguram um mínimo de recursos para algumas despesas de natureza social. Assim como Paulo Guedes pretendia fazer durante o governo Bolsonaro, eles agora querem desindexar e desconstitucionalizar a garantia de recursos para os programas de políticas públicas voltados à grande maioria da população.

Como ainda não conseguiram espaço político para promover o desastre completo, a estratégia dos conservadores de todos os matizes e tinturas é ir comendo pelas beiradas. Assim, por exemplo, reduziram o valor total das despesas constitucionais com educação por meios transversos, como foi a inclusão do Programa Pé de Meia no cálculo ainda em 2025. Afinal, trata-se de um programa de natureza assistencial e não educacional. Além de tal manobra contábil, agora o governo pretende obter resultado semelhante com a saúde. A pedalada atual reside na exclusão das receitas tributárias extraordinárias obtidas com a exportação de petróleo da base de cálculo para obter o total das despesas com saúde. Tanto em um caso como em outro, o resultado final é a redução do volume de despesas para as duas áreas sem nem mesmo promover nenhuma alteração direta nos pisos constitucionais para saúde e educação. Uma loucura!

Além de tais efeitos claramente perversos do ponto de vista das políticas públicas, o PLP 299 é completamente omisso no que se refere ao que fazer com a conta mais deficitária do orçamento federal. Refiro-me ao valor de R$ 1,2 trilhão que é drenado da execução orçamentária para os detentores de títulos da dívida pública do governo central. Trata-se do montante pago a título de pagamento de juros ao longo dos últimos 12 meses. Essa é a verdadeira "gastança" do fundo público e não as aposentadorias e pensões do INSS, que apresentam valores médios pouco superiores a um salário-mínimo.

Continua: https://horadopovo.com.br/ajuste-fiscal-e-pib-por-paulo-kliass/

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br

Guerra contra os juros está só começando, alerta Elias Jabbour



Foto: Reprodução /Instagram

Deputado Elias Jabbour: foi certo votar com o presidente Lula

"Existe uma guerra por vir aí, uma guerra em torno da taxa de juros, e essa sim, vai demandar toda a nossa energia", afirmou o deputado eleito pelo PCdoB do Rio

O deputado federal Elias Jabbour, eleito pelo PCdoB do Rio de Janeiro, fez nesta terça-feira (24) uma avaliação da votação do PLP 299 do governo federal, aprovado no dia anterior na Câmara dos Deputados.

"O PCdoB se debruçou sobre esse PLP, fizemos uma nota altamente crítica e propondo alternativas. A nossa líder, Jandira Feghali, propôs, por exemplo, dois PLs, um sobre a regulação da taxa de juros e outro sobre o Fundo Soberano para o Desenvolvimento", afirmou Elias, em vídeo divulgado em suas redes sociais.

"Sob o meu ponto de vista, o PCdoB votou corretamente com o governo, até porque em uma matéria de fronteira como essa, em um momento em que Lula se elege, se elege com grande prestígio, fez necessário um voto de confiança no Presidente Lula e ficamos com essa posição", argumentou.

"Nós fizemos um debate na sociedade, nós fizemos um debate para dentro da esquerda, ou seja, nós fomos muito consequentes em relação a isso e chegamos à seguinte conclusão. Primeiro, essa batalha e essa guerra em torno da política econômica do Brasil não está encerrada com a PL 299. Existe uma guerra por vir aí, uma guerra em torno da taxa de juros, e essa sim, vai demandar toda a nossa energia", acrescentou o deputado.

Ele destacou que esta luta dos juros terá que ser mais concentrada "até por conta da pressa que foi a votação do PLP". "Segundo, o Presidente Lula deve enviar para o Congresso um pacote de medidas estruturais e é sobre essas medidas estruturais que nós vamos nos debruçar e não somente isso, lutar por elas", prosseguiu Elias Jabbour.

O parlamentar avaliou que "o que pegou mesmo foi a falta de acúmulo na sociedade sobre esses temas". "Nós precisamos ganhar a sociedade para esse tema que envolve ajuste fiscal, que envolve o futuro da política monetária e fiscal", disse ele. Elias afirmou que "ainda não ganhamos, ou seja, é uma tarefa de todas as nossas esquerdas ganharmos esse debate, fazermos ele cotidianamente".

"Eu convoco as pessoas que pensam o Brasil estrategicamente a pensarem comigo essa questão toda, a irem à luta conosco e ajudarem no que eu falo e vai ser a tônica do meu mandato na luta por um projeto nacional de desenvolvimento e pela reindustrialização do Brasil", apontou o deputado.

Neste mesmo dia, em artigo ao Congresso em Foco, Elias voltou a falar sobre o assunto. "Quem imagina que a aprovação do PLP 299 pela Câmara dos Deputados encerrou a disputa pelos rumos da política econômica brasileira está enganado. Uma batalha terminou. A guerra pelas reformas estruturais apenas começou", disse ele.

"Fui um dos críticos mais contundentes do chamado ajuste fiscal e não retiro uma vírgula das minhas críticas. A posição do PCdoB de votar favoravelmente ao projeto foi correta. Não existe contradição entre essas duas afirmações. Um voto de confiança no presidente Lula não é um voto de confiança na austeridade fiscal", acrescentou.

"O PCdoB travou o debate político, tornou públicas suas divergências e apresentou alternativas, entre elas a limitação dos juros reais e a criação de um Fundo Soberano de Desenvolvimento Nacional. Não houve, porém, acúmulo político suficiente para excluir os investimentos das restrições impostas pelo projeto", prosseguiu Elias.

"Existem momentos de fronteira na política. O presidente Lula acaba de receber das urnas a legitimidade para conduzir mais um mandato. Nossa cultura política centenária nos impõe a responsabilidade de compreender esse momento histórico. Lula merece nosso voto de confiança e cabe a nós ajudar a construir a agenda de reformas estruturais anunciada ao país", destacou.

"O centro dessa agenda deverá ser a redução da taxa de juros. É curioso observar como os defensores da austeridade são rigorosos diante de cada real destinado ao investimento público e pouco se inquietam com o custo dos juros sobre a dívida pública. Que racionalidade econômica é essa?", indagou Elias.

"Não existe projeto nacional de desenvolvimento que se sustente com juros estruturalmente elevados e investimentos sistematicamente comprimidos. Segundo a Abdib, o Brasil investiu apenas 2,22% do PIB em infraestrutura em 2024. Nos anos 1970, esse percentual girava em torno de 6%", observou Elias.

"Em fevereiro, assumirei uma cadeira na Câmara dos Deputados. Uma das minhas primeiras batalhas será pela inscrição na Constituição de um piso de investimentos em infraestrutura de 4% do PIB.

Por quê? Porque não podemos condicionar o futuro de um país de dimensões continentais ao humor do mercado financeiro. Uma ferrovia não é simplesmente uma obra. É a possibilidade de reorganizar cadeias produtivas, reduzir custos logísticos e criar condições para a instalação de novas indústrias.

O exemplo da China, que estudo há anos, demonstra como grandes ciclos de investimentos em infraestrutura podem transformar a estrutura produtiva de um país. Defendo uma política de controle da inflação pela ampliação da capacidade de produzir, e não pelo arrocho sistemático da demanda.

Precisamos popularizar esse debate. O que significa investir 4% do PIB em infraestrutura para uma trabalhadora da periferia? Significa a possibilidade de passar menos tempo dentro de um ônibus e mais tempo com seus filhos. Para milhões de brasileiros, significa saneamento básico. Para nossa juventude, a perspectiva de um emprego de qualidade numa economia que volte a se industrializar.

Infraestrutura não é simplesmente uma rubrica orçamentária. É a base material de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

A grande contenda política dos próximos meses será definir o conteúdo das reformas estruturais do novo governo Lula. Teremos de construir maiorias no Congresso Nacional e, sobretudo, levar esse debate para fora dos gabinetes de Brasília.

O povo brasileiro não elegeu Lula para que o país se limite a administrar suas restrições fiscais. Elegeu um projeto de transformação nacional.

Nossa tarefa histórica é construir as condições políticas e econômicas para que esse projeto se realize. O voto no PLP 299 deve ser compreendido à luz dessa tarefa. A guerra pelo direito de o Brasil voltar a se desenvolver apenas começou", completou o deputado comunista.

Petrobrás anuncia investimentos de US$ 122 bi entre 2027 e 2031

Meta da estatal é ampliar a produção de petróleo e refino



Foto: Tânia Rêgo//Agência Brasil

O Conselho de Administração (CA) da Petrobrás aprovou nesta segunda-feira (23) o plano de negócios da companhia para o período de 2027-2031. De acordo com a estatal, os investimentos previstos somam US$ 122 bilhões, um aumento de aproximadamente 11,9% ante US$ 109 bi do plano anterior.

A presidente da companhia, Magda Chambriard, irá detalhar o plano na tarde de amanhã (24), durante entrevista coletiva.

"Esse é um plano construído com ambição e que será conduzido com responsabilidade. Isso significa disciplina de capital e rigor em cada decisão. Vamos investir em projetos que mantêm retorno positivo mesmo nos cenários mais desafiadores, todos sustentados por uma sólida governança de aprovação", destacou Magda Chambriard.

A Petrobrás "reafirma sua ambição de permanecer relevante na oferta de energia ao Brasil até 2050, expandindo simultaneamente a oferta de combustíveis fósseis e renováveis. Para viabilizar essa estratégia, a carteira de investimentos da companhia combina crescimento e diversificação com disciplina de capital, manutenção da trajetória de desalavancagem e geração de valor aos acionistas e à sociedade".

O segmento de Exploração e Produção continua como prioridade para a companhia, e irá concentrar 70% dos investimentos previstos. Serão destinados US$ 83 bilhões em projetos da carteira em implantação e cerca de US$ 3 bilhões em iniciativas em avaliação.

Com os projetos previstos, a Petrobrás ampliará a capacidade instalada do seu parque de refino de 1.813 mil bpd (atual carga de referência) para 2.173 mil bpd até 2031, sendo 67 mil bpd já implantados em 2025 e 2026. Essa expansão representará um acréscimo de 360 mil bpd até 2031, incluindo os projetos em avaliação.

"Essa ampliação será suportada por projetos dentro das plantas existentes, sem necessidade de construção de novas refinarias", ressalta a companhia.

A Petrobras prevê ampliar em 405 mil bpd sua capacidade de produção de diesel S-10 até 2031.

Entre os projetos de expansão de produção de derivados destacam-se o Refino do Complexo Boaventura e o Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Agiotas e fazendeiros sabotam o governo e a economia do país

Sabotagem à moeda e calote no Banco do Brasil visam atrapalhar o governo Lula e impedir que ele retome os investimentos e faça o Brasil crescer

Os perdedores da última eleição presidencial, que apostaram tudo no candidato fascista, e no seu tesouraço sobre programas sociais e investimentos, estão agora atacando a moeda nacional em chantagem para forçar o governo Lula a fazer o que eles querem.

CRISE CAMBIAL

Eles estão insuflando uma alta artificial do dólar, que já se aproxima de R$ 6, para provocar inflação e tentar desestabilizar o governo. O que eles querem na verdade é continuar parasitando o Tesouro Nacional através da jogatina com títulos públicos. Só de juros eles amealharam R$ 1,2 trilhão nos últimos doze meses.

É um ataque criminoso à moeda para tentar forçar uma crise cambial e, em consequência dela, uma alta da inflação. Este tipo de ataque só é possível em países que, como o Brasil, ainda não protegem devidamente o seu câmbio. Medidas contra ataques cambiais desse tipo parecem estar entrando na ordem dia.

Os agiotas estão se aproveitando disso para sabotar a economia do país, num plano claro de desestabilização de um governo que ainda nem começou. Os operadores da Faria Lima estão em guerra e não admitem que o governo mude a política econômica e passe a investir mais intensamente na produção. Eles não querem que Lula reconstrua a indústria do país e impeça que o Brasil siga sendo um paraíso da especulação.

Os criminosos já estão até dando senha aos cúmplices do Banco Central para que comecem a campanha de ameaças de novas altas nas taxas da taxa Selic. E foi exatamente o que foi feito pelo cartel dos bancos, que controla o Boletim Focus, no relatório divulgado nesta segunda-feira (23). Eles já apontam para alta da inflação.

Mesmo com o presidente Lula afirmando categoricamente que seus ministros não serão indicados pelo mercado, eles insistem em exigir que se anuncie logo o nome que vai ocupar o Ministério da Fazenda e, de preferência, que seja um nome de seu agrado. Ou seja, alguém que não rompa as amarras neoliberais e que não mexa na jogatina com títulos públicos.

ATAQUE AO BANCO DO BRASIL

Paralelo ao ataque à moeda nacional pelos parasitas da Faria Lima, setores do agro, beneficiados pelos créditos subsidiados do Banco do Brasil, decidiram desfechar um golpe no banco estatal. Apostaram que o candidato fascista perdoaria suas dívidas e perderam. Em reação à derrota, decidiram então pelo calote. A ideia é fabricar uma crise também no Banco do Brasil.

Em suma, o governo Lula está sob ataque desses dois setores. Eles estão sabotando a moeda e o principal banco público do país. Estão sinalizando claramente que as medidas de ajuste anunciadas pelo governo, e que estão sendo votadas no Congresso, não são suficientes. Eles querem mais do que restrições aos investimentos. Eles querem cortes na Previdência, no salário mínimo e nos pisos constitucionais da Saúde e Educação.

Ou seja, os parasitas querem impedir de todas as formas possíveis que o país se desenvolva. Não abrem mão de seus ganhos nababescos. Querem impedir que o governo faça investimentos maciços em infraestrutura e que puxe os demais investimentos produtivos que o país necessita.

SÉRGIO CRUZ

Lula: 'Faria Lima só quer ganhar dinheiro às custas dos pobres'

Ricardo Stuckert



"Esse bando de yuppies da Faria Lima não me ensinará a dirigir o país", afirmou

Só com Lula a batalha pela redução dos juros pode ser vitoriosa

A vitória eleitoral pelo quarto mandato do presidente Lula foi a primeira etapa da luta mais geral pela independência nacional e pela reindustrialização do Brasil.

Uma questão importante foi bem resolvida e possibilitou transformar a derrota do primeiro turno em vitória no segundo. Para a virada eleitoral do segundo turno, foi completamente acertada a decisão de dar prioridade à campanha de denúncias concretas, desqualificando o candidato fascista.

Ficou provado que Bolsonaro era um capacho de Trump e que a arrogância era, na verdade, uma máscara da subserviência ao imperialismo norte-americano. Iria mesmo cortar direitos dos aposentados, além de cortar na Saúde e na Educação.

A precisão na linha possibilitou a intensa participação popular nas redes sociais e, principalmente, nas ruas, com o objetivo de impedir a vitória do fascismo.

Esta tática, combinada com o atendimento imediato de aspirações populares, como o fim da escala 6×1, a reposição da inflação de 40% para o Bolsa Família, o transporte gratuito nos fins de semana, entre outros, permitiu a retomada da esperança em um futuro melhor.

Ao contrário, a linha que levou à derrota no 1º turno subestimava a participação do povo na construção do futuro e superestimava os feitos do passado. Em vez de nos aproximar do objetivo estratégico, ou seja, a independência nacional e a reindustrialização do país, nos desviava completamente dele.

E agora, vencidas as eleições, qual a questão principal que hoje abre a possibilidade de unificar o conjunto das forças nacionais e pela qual devemos concentrar nossas energias? É, sem nenhuma dúvida, a redução imediata e significativa da taxa de juros.

É preciso desencadear a mais vigorosa campanha de denúncias contra essa sangria desatada dos recursos nacionais, que, sem nenhum motivo real, a não ser transferir vultosos recursos da produção e do consumo para serem esterilizados na especulação financeira.

Os juros de 13,75% ou de 1,2 trilhão de reais, por ano, tiram recursos dos pobres, através do imposto pago por todos, para encher os os bolsos de meia dúzia de rentistas.

Com esses juros, será impossível atender às necessidades de melhoria de vida crescentes das massas. Na verdade, será impossível manter os direitos atuais, O povo brasileiro está carregando nas costas essa turma de parasitários (para não dizer vagabundos).

Não haverá recursos públicos para enfrentar os monopólios internacionais, para investir em infra-estrutura e pesquisa, para reconstruir a indústria da defesa. O Estado será um instrumento de dominação do imperialismo e não de proteção da nação.

Como na vitória do segundo turno, só existe um caminho para se construir a unidade nacional e cumprir os compromissos de campanha: enfrentar a chantagem internacional e o assalto das nossas riquezas.

Lula prometeu uma revolução. Não há atalho possível. Ou vence a esperança com o povo nas ruas e nas redes sociais, ou prevalece a frustração e a barbárie.

CARLOS PEREIRA

"Não haverá nenhuma hipótese de eu tirar um centavo dos pobres para controlar o orçamento", afirmou o presidente. "Quem vai me ensinar a dirigir o país é o povo", acrescentou

O presidente Lula afirmou, no sábado (21), que o mercado financeiro só está preocupado em "ganhar mais dinheiro" e não vai ensiná-lo a "dirigir o país".

"Não posso ficar aceitando que esse bando de yuppies da Faria Lima fique querendo toda hora questionar a seriedade do governo, como se eles estivessem preocupados com os pobres. Não, eles estão preocupados em ganhar mais dinheiro", avaliou.

"Quem está preocupado com o povo pobre sou eu. Portanto, nós vamos dirigir o país do jeito que a gente quer dirigir. Não é o sistema financeiro que vai me ensinar a dirigir o país. Quem vai me ensinar a dirigir o país é o povo", acrescentou.

Em transmissão ao vivo feita ao lado do deputado André Janones (Rede-MG), Lula defendeu a proposta de ajuste do governo federal e garantiu que o texto não retira nenhum direito da população.

"Não haverá nenhuma hipótese de eu tirar um centavo dos pobres para controlar o orçamento", afirmou o presidente.

Lula reforçou que o texto não tira dinheiro da saúde ou da educação, mas retira isenções fiscais para grandes empresas. "O Brasil tem mais de R$ 600 bilhões de renúncias fiscais para empresas, o que representa uma captura do orçamento público", explicou.

"Na verdade, não houve reforma fiscal, houve um ajuste para que o orçamento da União permita que a gente tenha governança sobre o orçamento no ano que vem. Se a gente não tiver governança, a gente não consegue governar", disse.

Durante a transmissão ao vivo, o presidente Lula defendeu o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, dizendo que ele "é uma das pessoas mais sérias que meu governo tem e, possivelmente, um dos economistas mais competentes que o governo tem. Eu conheço Bruno Moretti, ele jamais ia me propor cortar do povo pobre".

Trump quer impedir que Brasil na OMC derrube os pretextos para suas tarifas

O governo dos Estados Unidos bloqueou na OMC (Organização Mundial do Comércio) na terça-feira (24) um pedido do Brasil para abrir uma investigação sobre as tarifas comerciais aplicadas por Donald Trump contra produtos brasileiros.

O bloqueio foi feito durante reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em Genebra. A delegação dos EUA opôs-se à instalação de uma investigação, alegando que as medidas comerciais implementadas visariam responder a "práticas brasileiras" que comprometeriam interesses econômicos americanos. O questionamento acerca das tarifas foi iniciado pelo Brasil em 27 de julho.

No início Donald Trump não escondeu que impôs tarifas e sanções ao Brasil por motivação puramente política. Sua ingerência nos assuntos internos do Brasil visava pressionar a Justiça brasileira pela condenação de Jair Bolsonaro, seu protegido, preso por tentativa de golpe de Estado no Brasil.

Depois usou dados falsos de comércio para justificar as tarifas contra produtos brasileiros. Os representantes do Brasil demonstraram que os dados apresentados pelos EUA não correspondiam à verdade. O comércio entre os dois países é desfavorável para o Brasil. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem déficit comercial com os EUA

O governo brasileiro vai reapresentar a demanda no dia 17 de dezembro, etapa na qual os Estados Unidos não poderão exercer o direito de veto, dizem fontes que acompanham o caso na OMC.

O governo Trump impôs uma sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, após uma investigação conduzida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), com base na Seção 301 da legislação americana. Uma segunda investigação, relacionada ao combate ao trabalho forçado, resultou na tarifa adicional de 12,5% aplicada a dezenas de economias, incluindo o Brasil.

Tanto a investigação com base na Seção 301 da legislação americana quanto a alegação falsa de uma suposta frouxidão do Brasil no combate ao trabalho forçado foram desmentidas pelo próprio presidente Lula. A perseguição do governo dos EUA ao Brasil certamente está relacionada ao posicionamento altivo do governo brasileiro diante das chantagens feitas por Donald Trump.

Porém, além disso, este comportamento revela também alguns aspectos gritantes do grau de decadência da economia dos EUA. Recente tentativa de Trump de proibir o governo da Tailândia de comprar produtos agrícolas brasileiros em benefício de produtores norte-americanos revela que o problema por trás de tudo isso é a incapacidade dos EUA de competir em igualdade de condições com outros países.

Alexandra Martins/Câmara dos Deputados



Jurista, professor emérito da USP

Morre em SP Fábio Konder Comparato, jurista símbolo da luta contra a ditadura

Morreu na madrugada da terça-feira (24) o jurista Fábio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e referência na defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

Comparato foi um dos principais juristas brasileiros. Durante a ditadura, deixou a área do Direito Comercial para se dedicar à disciplina de Direitos Humanos, que considerava um instrumento para combater o regime e denunciar as violações cometidas pelos fascistas.

"Foi o primeiro Curso de Direitos Humanos ministrado na Faculdade de Direito. E foi essencial; pude combater o regime doutrinariamente. Fiz questão de mostrar os crimes cometidos quase que diariamente pelo regime militar", afirmou em entrevista ao Projeto Memórias, da Faculdade de Direito da USP.

Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1959. Em 1963, tornou-se doutor em Direito pela Universidade de Paris. Na USP, obteve o título de livre-docente em 1966. Em 1976 foi nomeado professor titular da Faculdade de Direito da USP, onde se dedicou integralmente ao ensino e à pesquisa.

Também foi doutor honoris causa pela Universidade de Coimbra, em Portugal, título que recebeu em 1999, e um dos fundadores da Escola de Governo, entidade voltada à formação de governantes e presente em vários estados brasileiros. Aposentou-se em 2006 e, em 2009, recebeu o título de professor emérito da instituição.

Em uma de suas últimas entrevistas, Comparato também contou como enfrentou resistências no início da carreira acadêmica. Ao tentar ingressar na pós-graduação em Direito Comercial, foi chamado de comunista por um professor. Segundo ele, a situação foi contornada com a ajuda de outro docente, Noé de Azevedo, que o defendeu na Congregação da faculdade.

Em nota, a Faculdade de Direito da USP lamentou a morte do professor e destacou sua contribuição ao pensamento jurídico brasileiro e à defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. "Uma das mais importantes referências do pensamento jurídico brasileiro e uma voz indispensável na defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social em nosso País", escreveu a diretora da faculdade, professora Ana Elisa Bechara.

A instituição também ressaltou a dimensão de sua obra e a coragem com que levou o pensamento jurídico ao debate público. Segundo a faculdade, seu legado intelectual e seu compromisso com o país permanecerão como parte de sua história.

Na literatura jurídica, deixa uma obra influente. Entre seus livros mais conhecidos estão A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos, Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno e O Poder de Controle na Sociedade Anônima, que Raymundo Faoro considerou um marco na análise da sociedade capitalista.

O velório será realizado nesta terça, das 11h às 15h, na Avenida Dr. Arnaldo, 300, na esquina com a Rua Major Natanael. O sepultamento está marcado para as 16h, no Cemitério da Consolação, no Centro de São Paulo.

"Brasil precisa de ações estruturantes: menos juros e mais investimentos", defende Jandira

A líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ), afirmou que o Brasil precisa debater a redução dos juros e políticas para aumentar os investimentos do governo federal, que são "questões centrais e estruturantes" da política econômica do país.

Em discurso, a parlamentar explicou que, apesar das críticas, a bancada do PCdoB votou favoravelmente ao ajuste fiscal (PLP 299/2026) por entender os riscos de uma desestabilização contra o governo para o Brasil e para o mundo. "Nós temos críticas, sim, mas também temos responsabilidade política", resumiu.

A avaliação do PCdoB é que o projeto aprovado "pode limitar a resposta à desaceleração econômica que vai acontecer no mundo e no Brasil", mas não afeta os pisos constitucionais da saúde e educação.

MENOS JUROS

Jandira Feghali disse, durante a votação realizada na segunda-feira (23) na Câmara, que gostaria "de discutir a taxa de juros no Brasil; de discutir a meta de inflação; de discutir a frequência com que essa meta é avaliada, para que o Banco Central avalie os juros; de discutir aqui os investimentos e o desenvolvimento nacional. Esse é o debate que importa ao Brasil e que importa à sociedade brasileira".

O PCdoB apresentou um projeto para que os investimentos fiquem de fora do teto de gastos, o que permitiria ao governo federal realizar investimentos superiores aos limites da regra fiscal, limitados a um aumento de 2% acima da inflação. O partido também apresentou uma emenda para que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) não seja afetado pelo PL 299.

"No entanto, como o governo precisa aprovar o mesmo texto que veio do Senado — e esse é o acordo feito na Casa —, nós não conseguimos garantia de aprovação de nenhuma das nossas emendas", explicou Jandira.

Diante do cenário de aprovação do PLP 299/2026 e da pressão sofrida pelo governo Lula, o PCdoB defende a criação de um Fundo Soberano de Desenvolvimento Nacional, que seria uma "poupança estratégica para que a gente possa, num raciocínio contracíclico, desenvolver o país com investimentos em áreas fundamentais, como uma indústria diversificada, logística, mobilidade, infraestrutura para a soberania digital, para a economia da cultura, para a defesa e para a segurança pública, garantindo a ampliação de direitos".

"É isso o que vai fazer o Brasil se desenvolver e criar empregos qualificados sem retirada de qualquer direito", destacou a deputada.

Além disso, o partido está colhendo assinaturas para uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para "criar novos critérios para a redução dos juros reais no Brasil. Não é um tabelamento, é um critério que possibilita a redução dos juros reais, na medida em que esse Banco Central totalmente independente não ajuda o Brasil".

PSB e PDT oficializam união em uma federação

Lideranças do PSB e do PDT oficializaram, na quarta-feira (18), a união dos partidos em uma federação. A primeira reunião nacional de dirigentes para instalação da federação já foi realizada e teve a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB).

O presidente nacional do PSB, João Campos, que foi prefeito do Recife, afirmou que a união dos partidos servirá "para fortalecer a democracia brasileira e trabalhar pelo povo brasileiro".

"A união entre PSB e PDT representa um novo capítulo para duas histórias marcadas pela defesa da democracia, da justiça social e dos direitos do povo brasileiro", continuou.

"Mais do que unir partidos, é fortalecer um campo político que tem lado, história e compromisso com o povo. Um campo que não abre mão dos direitos dos trabalhadores, que enfrenta os retrocessos e que sabe que o futuro do Brasil se constrói com coragem, unidade e compromisso social", completou o dirigente do PSB.

Para Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, o PSB e o PDT buscaram inspiração em seus "eternos líderes Leonel Brizola e Miguel Arraes" para iniciar "uma nova etapa de atuação conjunta, preservando a identidade e o legado histórico dos nossos partidos".

"Seguimos juntos, com diálogo e unidade, em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos do povo brasileiro!", escreveu em suas redes sociais.

"Principal problema do Brasil é a estratosférica taxa de juro do BC", afirma senador Cid Gomes

O senador Cid Gomes (PSB-CE) afirmou que Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, é um "cavalo de Troia" do mercado financeiro que está agindo para garantir lucros bilionários com a alta taxa de juros.

"Eu não tenho dúvida de que o principal problema do Brasil é uma elevadíssima, estratosférica, ímpar no mundo taxa de juro. Esse é o grande problema brasileiro", disse o senador na quarta-feira (18).

Cid Gomes disse que o governo federal faz "toda espécie de sacrifício para economizar R$ 50 bilhões, R$ 60 bilhões", mas "um ponto a menos na taxa de juro significa uns R$ 100 bilhões, sem mexer com empresa, sem mexer com gasto do governo, sem mexer com servidor público, sem mexer com programa social".

"Gabriel Galípolo é um 'Cavalo de Troia' do mercado financeiro incrustado dentro do governo esperando que daqui a três anos, quando acabar o mandato dele, vá ganhar R$ 1,3 milhão por mês, como é o salário do Roberto Campos Neto, que serviu a esses especuladores durante anos", afirmou o senador.

Roberto Campos Neto foi presidente do Banco Central por indicação de Jair Bolsonaro e iniciou, em 2020, uma subida na taxa básica de juros (Selic) de 2% para 13,75%, em 2022. Seis meses depois de acabar seu mandato no BC, o bolsonarista assumiu um cargo de direção no Nubank com salário milionário.

Cid Gomes propôs um "pacto" entre os governistas e a oposição para que seja feita uma pressão sobre o Banco Central para a redução dos juros. "Vamos chamar o Banco Central e dizer que ele tem que baixar o juro. Todo o mais é lorota, é conversa do mercado financeiro", disse.

Para o senador, especuladores já estão se movimentando para subir artificialmente o preço do dólar em relação ao real, "chantagear o governo, elevar a inflação e justificar uma elevação de novo da taxa de juro que estava em queda".

Nesse cenário, ele cobrou que o Banco Central deve proteger a economia brasileira. "Basta o Banco Central vender US$ 10 bilhões dos US$ 380 bilhões à vista no mercado. Eu quero ver se o mercado financeiro, que é meia dúzia de gananciosos que não têm o menor respeito e preocupação com o Brasil, continuaria fazendo o que está fazendo", apontou Cid.

Ciência voltou a ocupar espaço no Brasil com Semana Nacional

Ministra Luciana Santos destacou a "conquista do governo do presidente Lula", na abertura da edição dedicada à celebração da presença feminina no setor

A ciência, definitivamente, retornou no cenário da realidade nacional. Essa foi a constatação feita, mais uma vez, pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, na abertura da 23ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, transcorrida nesta segunda-feira (23), depois de alguns anos de negacionismo e obscurantismo.

A partir de hoje (24), os portões de um grande espaço nos gramados da Esplanada dos Ministérios foram abertos à visitação pública. A previsão é que mais de 100 mil pessoas, entre crianças, estudantes, professores, cientistas e famílias compareçam às dependências da atividade que se estenderá até o próximo domingo (29). O ingresso é gratuito e o seu funcionamento será das 9h às 17h.

Promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o evento terá este ano como tema *Ciência Delas*, celebrando o protagonismo feminino na ciência, valorizando as contribuições de mulheres pesquisadoras e incentivando meninas e jovens a seguirem carreiras científicas e tecnológicas.

Na abertura da Semana, a ministra destacou a importância da equidade de gênero e da diversidade para o avanço científico e a transformação do país.

"Uma ciência forte é uma ciência diversa, e uma ciência diversa é mais inovadora, mais conectada com a realidade e mais capaz de transformar o país", acrescentou Luciana, ao valorizar o trabalho das mulheres como uma questão de excelência.

A ministra também defendeu a ampliação de oportunidades para o acesso, a formação, a permanência, o reconhecimento e a liderança de meninas e mulheres na ciência, tecnologia e inovação, com atenção especial a mulheres negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e de grupos historicamente excluídos.

Luciana também apontou obstáculos enfrentados pelas mulheres, como a jornada extra de trabalho doméstico não remunerado e não reconhecido, além das responsabilidades como chefes de família, desafios que, segundo ela, precisam ser enfrentados por toda sociedade.

Na oportunidade, na presença de outras autoridades e centenas de pessoas que compareceram ao ato solene de abertura da Semana, a ministra assinou uma portaria voltada à equidade, diversidade, inclusão e ao empoderamento de meninas e mulheres na área.

Para combater essas desigualdades, o governo tem promovido iniciativas voltadas para a diversidade e inclusão, como chamadas públicas direcionadas a mulheres negras e indígenas na ciência, visando fortalecer a qualidade da pesquisa e das políticas públicas.

HISTÓRIA DA CIÊNCIA BRASILEIRA E PROTAGONISMO DAS MULHERES

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) celebrará seus 75 anos com um estande temático dedicado à contribuição da instituição para o desenvolvimento científico brasileiro.

Segundo a agência de financiamento, a proposta é apresentar ao público resultados de pesquisas e descobertas amplamente conhecidas, relacionando esses avanços a cientistas, instituições e iniciativas que receberam apoio do conselho ao longo de sua trajetória.

A exposição permitirá conhecer como o incentivo à pesquisa participa da construção do conhecimento e do desenvolvimento de tecnologias utilizadas pela sociedade.

A programação também contará com jogos de perguntas e respostas, apresentação de dados sobre a presença feminina na ciência brasileira e rodas de conversa com gestoras e pesquisadoras. As atividades permitirão ao público conhecer trajetórias profissionais, áreas de atuação e contribuições de mulheres para a produção científica nacional.

A iniciativa está alinhada ao tema *Ciência Delas*, que propõe ampliar a visibilidade da participação feminina na pesquisa e estimular o interesse de meninas e jovens pelas carreiras científicas.

UMA VIAGEM PELO ESPAÇO

Na programação da AEB (Agência Espacial Brasileira), o universo estará mais perto dos visitantes. A agência levará atividades de astronomia, experiências de imersão espacial e recursos de realidade virtual, oferecendo ao público a oportunidade de explorar temas ligados à pesquisa e à exploração do espaço de maneira divertida e acessível.

Já no estande do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) será possível conhecer os bastidores das missões espaciais brasileiras. Maquetes, peças e uma câmera de satélite em tamanho real mostrarão como esses equipamentos são desenvolvidos, controlados e operados. Os visitantes também descobrirão como as imagens produzidas no espaço ajudam a acompanhar o desmatamento, estudar o clima e monitorar fenômenos naturais.

A programação incluirá ainda experiências sobre astrofísica, geofísica e clima espacial. Em sintonia com o tema da SNCT, uma exposição interativa apresentará as trajetórias e contribuições de mulheres engenheiras e pesquisadoras do instituto. Especialistas estarão disponíveis para conversar com o público e responder a perguntas.



MCTI

Ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos abre a Semana

Água da Sabesp tem bactéria fecal em 68 municípios de São Paulo após privatização

Um levantamento com base em dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), do Ministério da Saúde, identificou a presença da bactéria Escherichia coli (E. coli) em 137 amostras de água distribuída pela Sabesp em 68 municípios paulistas entre janeiro e setembro de 2026, período pós privatização da empresa, realizada por Tarcisio de Freitas (Republicanos).

A E. coli é um indicador de contaminação por fezes humanas e animais, e sua presença na água tratada contraria os padrões de potabilidade exigidos pelo Ministério da Saúde. O levantamento foi realizado pelo portal NC News.

A capital paulista registrou 21 amostras positivas, seguida por São José dos Campos, com nove. A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) confirmou que as nove detecções de E. coli em São José dos Campos ocorreram no primeiro semestre e informou que novas coletas apresentaram resultados negativos. Em nota divulgada pela prefeitura, a Sabesp afirmou ter analisado 5.737 amostras entre janeiro e setembro e declarou que a água distribuída no município estava adequada para consumo.

A agência também informou que solicitaria providências para reduzir a reincidência de resultados fora dos padrões estabelecidos.

Em Itapeva, no interior paulista, análises realizadas pelo Instituto Adolfo Lutz identificaram o parasita Cryptosporidium em amostras de água coletadas em quatro regiões do município. A cidade registrou mais de 4,3 mil atendimentos relacionados a sintomas de gastroenterite desde setembro e decretou estado de calamidade pública em 6 de novembro.

Diante d situação, a Sabesp anunciou investimentos de R$ 50 milhões, incluindo a instalação de sistemas de ultrafiltração. Em 13 de novembro, a Prefeitura de Itapeva informou que estava distribuindo água potável por caminhões-pipa e em pontos fixos. A identificação do parasita, por si só, não comprova a origem de todos os casos de gastroenterite registrados na cidade.

O levantamento apontou 411 amostras fora dos padrões de qualidade em São José dos Campos entre janeiro e setembro de 2026, um número superior às 279 ocorrências de todo o ano de 2024 e às 364 de 2025. Fevereiro concentrou 183 resultados irregulares, envolvendo principalmente parâmetros como cor, turbidez, cloro e coliformes totais.

A Portaria GM/MS nº 888/2021, do Ministério da Saúde, estabelece os critérios de potabilidade da água para consumo humano e exige ausência de E. coli em amostras de 100 mililitros de água tratada. A identificação da bactéria não significa, por si só, que toda a população abastecida tenha sido exposta ou que tenham ocorrido infecções, mas indica a necessidade de investigação e medidas de controle, uma vez que pode sinalizar contaminação por material fecal. Entre crianças pequenas, idosos e pessoas imunossuprimidas, cepas patogênicas podem causar complicações graves, como diarreia, dores abdominais, náuseas e vômitos.

A Sabesp afirmou que a água distribuída em São José dos Campos está adequada para o consumo e atende aos padrões de potabilidade do Ministério da Saúde. A companhia informou que realizou 5.737 análises no município entre janeiro e setembro, das quais 99,84% apresentaram conformidade para E. coli, e sustentou que as alterações identificadas foram pontuais. Segundo a empresa, qualquer alteração gera contraprova com novas coletas nos pontos avaliados, e todas as novas análises confirmaram que a água esteve dentro dos padrões, sem persistência das irregularidades.

A Sabesp também declarou que os resultados das análises posteriores foram encaminhados à Vigilância Sanitária para acompanhamento e alertou para a circulação de informações falsas sobre a qualidade da água nas redes sociais.

O levantamento também registrou denúncias em outros municípios. Em vídeo publicado nas redes sociais, o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) afirmou que 4.300 moradores de Itapeva, no interior paulista, teriam sido contaminados após problemas na água distribuída pela Sabesp.

O parlamentar criticou a privatização da companhia e acusou a mudança no controle da empresa de priorizar resultados financeiros em detrimento da qualidade dos serviços. As declarações são de responsabilidade do deputado e, até o momento, não comprovam relação direta entre a privatização e os problemas relatados.



Marcello Casal Jr

Contaminação por fezes humanas e animais

Presidente do Memorial propõe a Lula federalizar complexo para barrar a privatização de Tarcísio

O presidente da Fundação Memorial da América Latina, Pedro Machado Mastrobuono, propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a abertura de estudos para transferir o complexo cultural da administração do governo de São Paulo para a União. A iniciativa prevê a preservação da identidade institucional, do patrimônio arquitetônico e artístico, dos acervos e da missão histórica do Memorial de promover a integração entre os povos latino-americanos.

A proposta foi formalizada em duas correspondências enviadas no início de novembro. Na primeira, encaminhada a Lula em 5 de novembro, com cópia ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, Mastrobuono sugeriu que a instituição pudesse ser vinculada ao Itamaraty, considerando sua atuação também no campo da diplomacia cultural. Em outra carta, enviada quatro dias depois a Kelli Mafort, secretária nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria-Geral da Presidência, mencionou também os ministérios da Cultura e da Educação como possibilidades.

A Secretaria-Geral da Presidência confirmou o recebimento da correspondência. A proposta ainda está em fase inicial de avaliação, sem que tenha sido anunciada uma posição oficial sobre os próximos passos para sua eventual discussão com o governo paulista. O Ministério das Relações Exteriores encaminhou os questionamentos à Secretaria de Comunicação da Presidência.

A coluna Painel, da Folha de S.Paulo, em 19 de novembro, Mastrobuono afirmou que a consulta enviada a Brasília foi preliminar e que, caso a União manifeste interesse, será aberto diálogo formal com o governo paulista, com a participação do Conselho Curador e das demais instâncias competentes. Ele também esclareceu que não houve consulta prévia à gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A proposta surge em meio à resistência à inclusão do Memorial no Programa Estadual de Parcerias com a iniciativa privada, anunciada por Tarcísio. A medida abre caminho para a privatização de um dos principais complexos culturais do país, concebido por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1989. Ao submeter o espaço à exploração privada, o governo paulista ameaça a autonomia de uma instituição pública dedicada à cultura, à educação e à integração dos povos latino-americanos, tratando o patrimônio coletivo como oportunidade de negócio.

Flamengo é o campeão Brasileiro 2026!



Equipe carioca buscou o empate no 2º tempo e confirmou bicampeonato

O Flamengo é o grande campeão do Campeonato Brasileiro de 2026! Em uma decisão com clima de final, o time carioca empatou com o Palmeiras por 1 a 1 neste sábado (21), no Nubank Parque, em São Paulo, e confirmou a conquista nacional justamente no estádio de um dos seus maiores rivais.

A partida, válida pela 36ª rodada, colocou frente a frente os dois principais concorrentes ao título. O Flamengo precisava de apenas um empate para garantir matematicamente a taça e cumpriu sua missão fora de casa.

Com o resultado, o Rubro-Negro chegou aos 80 pontos, abriu seis de vantagem sobre o Palmeiras, que permaneceu com 74, e não pode mais ser alcançado na classificação.

A conquista também representa o bicampeonato consecutivo, depois do título de 2025. O clube celebra ainda seu décimo título brasileiro, consolidando uma das trajetórias mais vitoriosas do futebol nacional.

Ricardo Stuckert



Ato estudantil na Faria Lima

Tarcísio extingue a pasta dos Transportes e entrega o Metrô para o secretário das privatizações

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou na quarta-feira (18) a extinção da Secretaria dos Transportes Metropolitanos. O anúncio acontece em um momento crítico no transporte sobre trilhos, enquanto as linhas de trem privatizadas acumulam falhas, interrupções e superlotação, e o Ministério Público investiga as concessionárias e a fiscalização feita pelo próprio estado.

A partir de janeiro de 2027, as atribuições da pasta passam para a nova Secretaria de Infraestrutura, que terá à frente Rafael Benini, atual secretário de Parcerias em Investimentos e um dos principais responsáveis pelo programa de privatizações e concessões do governo paulista.

Com isso, o Metrô e a CPTM ficam subordinados a ele. A nova estrutura também vai cuidar de rodovias, ferrovias e outros projetos de infraestrutura. O transporte metropolitano perde a secretaria própria que tinha no primeiro escalão do governo.

Em fevereiro deste ano, Tarcísio assinou o Decreto nº 70.360, que deu uma nova estrutura à Secretaria dos Transportes Metropolitanos. O texto definiu atribuições e reorganizou as áreas de planejamento, de integração dos sistemas de transporte e de gestão da mobilidade.

Nove meses depois, o governo decidiu acabar com a mesma secretaria que tinha acabado de reorganizar. Ainda não explicou o que mudou em tão pouco tempo, que avaliações técnicas embasaram a decisão, quanto custaram as duas reorganizações nem que resultados concretos espera da mudança.

PASSAGEIROS QUEBRARAM JANELAS PARA SAIR DE TREM PARADO

No dia 12 de novembro, passageiros da Linha 8-Diamante, operada pela ViaMobilidade, ficaram presos em um trem que parou entre as estações General Miguel Costa e Carapicuíba. Por causa das condições dentro do vagão, alguns quebraram janelas e saíram andando pelos trilhos.

Depois do episódio, o próprio Tarcísio admitiu que o estado pode romper o contrato com a concessionária. Ele reconheceu que os problemas se repetem e disse que o governo não pode continuar tolerando falhas na operação.

Na quarta-feira (18), mesmo dia do anúncio, a Linha 9-Esmeralda, também operada pela ViaMobilidade, teve novos problemas. Uma falha em equipamento de via entre as estações Santo Amaro e Socorro obrigou os trens a reduzir a velocidade. Os intervalos aumentaram e as plataformas ficaram lotadas durante a manhã.

Para quem depende do trem para trabalhar e estudar, as ocorrências mostram o tamanho da distância entre a eficiência prometida pelas privatizações e o serviço que é entregue de fato.

MP VÊ INDÍCIOS DE MÁ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

O Ministério Público de São Paulo investiga possíveis irregularidades na execução dos contratos e a atuação da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), responsável por fiscalizar as concessionárias.

Em despacho de 13 de novembro, a Promotoria apontou indícios de má execução contratual e determinou novas diligências para apurar por que as falhas na operação da ViaMobilidade continuam se repetindo. A investigação leva em conta o histórico das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, incluindo ocorrências registradas depois que a concessionária se comprometeu a melhorar a operação.

Com a mudança, o secretário que conduz as privatizações passa a gerir também os serviços que elas já entregaram à iniciativa privada. A reorganização não reduz, por si só, a fiscalização. Mas põe sob o mesmo comando a gestão de serviços essenciais e a condução de novas concessões, justo quando a qualidade das concessões atuais está sob investigação.

A Artesp nega omissão. A agência diz que acompanha os contratos, fiscaliza as concessionárias e toma medidas administrativas quando encontra irregularidades. Segundo ela, o descumprimento das obrigações contratuais pode resultar em multas e outras sanções, inclusive no fim da concessão.

Conselho alerta para riscos de redução de recursos na Saúde

A Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS) publicou uma carta, aprovada em seminário nacional da entidade, em que faz um alerta para os impactos das medidas de ajuste fiscal que tramita no Congresso e o avanço de emendas parlamentares que ameaçam o orçamento do SUS. A entidade aponta risco de redução de verbas, defende a valorização dos trabalhadores, o fortalecimento da atenção primária e cobra mais investimentos na saúde.

O seminário nacional "O SUS que Queremos: Financiamento, Trabalho e Democracia", realizado nos dias 17 e 18 de novembro, em Brasília, reuniu mais de 200 conselheiros e conselheiras de saúde de todas as regiões do país.

Na carta, os conselheiros pedem que "os investimentos públicos em saúde atinjam, no mínimo, 6% do PIB (e que aumente para 50% a parcela federal no financiamento do SUS), patamar alinhado às recomendações internacionais para sistemas universais e condição material para superar a histórica disparidade em que o gasto privado supera o investimento público no Brasil".

Mauri Bezerra, representante da Cofin/CNS e secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), destaca que o PLP 299/2026, relacionado às medidas de ajuste fiscal, pode provocar uma redução dos recursos destinados à saúde.

Ele explica que o projeto prevê a dedução de receitas de royalties e do imposto de exportação do petróleo da base de cálculo do piso federal da saúde. Embora o percentual constitucional de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) seja mantido, a retirada dessas receitas pode diminuir o montante efetivamente destinado ao SUS.

Como destaca a carta, "o debate sobre o PLP nº 299/2026 mostra por que importa acompanhar a base de cálculo do piso federal, correspondente a 15% da RCL da União. O substitutivo aprovado pelo Senado estende a 2027–2030 a dedução de receitas de royalties e do imposto de exportação do petróleo, já prevista para 2026 pela LC nº 235/2026. Essa dedução poderá reduzir o piso entre R$ 5 bilhões e R$ 10 bilhões por ano, ainda que o projeto preveja a revisão de benefícios tributários como possível compensação".

Outro tema bastante debatido no seminário e levantado pela carta, foi o comprometimento do orçamento da saúde pelas emendas parlamentares.

"Um dos maiores desafios atuais é o avanço das emendas parlamentares sobre o orçamento da saúde. Elas chegam aos territórios e são ampliadas sem o diálogo necessário com os conselhos de saúde, sem planejamento baseado nas necessidades locais e sem transparência sobre a destinação dos recursos. Esse modelo fragmenta o financiamento, sobrepõe-se às prioridades definidas pelas conferências e pelos planos de saúde e enfraquece o controle social – justamente o instrumento que assegura que o dinheiro público chegue aonde a população mais precisa", afirma o documento.

De acordo com Mauri Bezerra, cerca de 12% dos recursos do orçamento da saúde, aproximadamente R$ 30 bilhões em 2026, estão vinculados a essas emendas.

"Hoje, o orçamento da saúde está ameaçado especialmente por conta das emendas parlamentares, que corroem por dentro o orçamento do SUS. Neste ano, são cerca de R$ 30 bilhões. No ano passado, foram R$ 26 bilhões", destacou.

O documento pede que o governo apresente ao Conselho Nacional de Saúde informações detalhadas sobre as receitas deduzidas, os ganhos de arrecadação e os efeitos dessas mudanças sobre o piso constitucional e a execução dos serviços públicos de saúde.

A carta finaliza conclamando "toda a sociedade brasileira – movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras da saúde, gestores, prestadores de serviços, pesquisadores e parlamentares comprometidos com a democracia – a se somar à mobilização em defesa do SUS e da democracia".

"A 18ª Conferência Nacional de Saúde deve ser o palco de um grande ato nacional em defesa do SUS, do piso constitucional da saúde e da própria democracia brasileira. Não se faz o SUS – nem qualquer política pública – sem recursos e sem diálogo. Seguimos na luta pelo financiamento adequado e suficiente do Sistema Único de Saúde, pela valorização de seus trabalhadores e pela afirmação da saúde como direito de todos e dever do Estado", afirmam os conselheiros.

Federação destaca papel estratégico dos Correios

A Federação dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (FINDECT) publicou um documento em seu site em que ressalta a enorme logística garantida pelos Correios ao recente Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), enquanto a estatal, ao invés de ser aclamada e defendida, "vira alvo de ataques da grande mídia, com cobertura centrada em seus prejuízos". A entidade destaca que a empresa "é essencial à soberania nacional, à segurança postal e à integração do Brasil" e cobra investimentos do governo federal para que ela seja fortalecida.

"Um dia após a realização da segunda etapa do Enem 2026, os Correios ganharam destaque nos principais veículos de comunicação na segunda-feira (16). Mas, em vez de evidenciar a importância da estatal na operação logística que garantiu a distribuição segura das provas em todo o país, as manchetes concentraram atenção nos 16 trimestres consecutivos de prejuízo e no déficit acumulado de R$ 7,48 bilhões até setembro", afirma a Federação.

Para a entidade, os números, de fato, preocupam, mas questiona "uma cobertura que destaca as perdas financeiras sem dar a mesma dimensão ao papel estratégico da empresa", numa clara campanha pela privatização da estatal.

"Há 19 anos, os Correios participam da logística do Enem. Em 2026, a operação mobilizou milhares de profissionais, veículos, aeronaves e embarcações para transportar milhões de provas com segurança e sigilo. É uma demonstração concreta da capacidade de uma empresa pública que alcança regiões onde muitas transportadoras privadas sequer possuem estrutura para atuar", enfatiza a FINDECT, cobrando que "a recuperação dos Correios seja tratada pelo governo federal como prioridade".

Ministério regulamenta jornada de trabalho com fim da escala 6x1

Reprodução



Novas regras foram apresentadas pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho

Aplicação da nova jornada 5x2 prevê redução gradual da carga horária, sem redução salarial

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou, na última segunda-feira (23), a Portaria nº 2.041/2026, que estabelece regras complementares para a implementação da jornada 5x2, com cinco dias de trabalho e dois de descanso. As mudanças começam a valer em 16 de dezembro de 2026 e representam um avanço na regulamentação da redução da jornada de trabalho e da superação da escala 6x1.

Um dos principais pontos da regulamentação é a garantia de dois dias de descanso semanal remunerado, cada um com 24 horas consecutivas. Um deles deverá ocorrer preferencialmente aos domingos. Pela regra geral, as duas folgas devem ser concedidas dentro da mesma semana.

A portaria, entretanto, prevê uma exceção: mediante acordo ou convenção coletiva, os descansos poderão ser distribuídos de maneira diferente ao longo do mês. Nesse caso, deverá ser assegurada a média de dois dias de repouso por semana, além de pelo menos um dia de descanso a cada seis dias consecutivos de trabalho.

A redução da carga horária será implementada em duas etapas. A partir de 16 de dezembro de 2026, o limite semanal passará das atuais 44 para 42 horas. Em 16 de dezembro de 2027, chegará a 40 horas semanais, sem redução dos salários.

A regulamentação também estabelece novos parâmetros para o pagamento das horas extraordinárias. Na primeira etapa, a jornada normal será limitada a 42 horas semanais. Portanto, o trabalho que ultrapassar esse limite deverá ser tratado conforme as regras de horas extras ou de compensação legalmente admitidas.

A partir de dezembro de 2027, quando o limite chegar a 40 horas, o tempo trabalhado além dessa jornada também deverá ser remunerado ou compensado de acordo com a legislação.

Em relação às horas extras, no entanto, ainda vale a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autoriza a distribuição das 42 horas semanais em cinco jornadas de até 8 horas e 24 minutos, sem que os 24 minutos excedentes às oito horas diárias sejam considerados horas extras, desde que respeitado o limite semanal de 42 horas. A questão ainda deverá ser avaliada pelo Plenário do Supremo.

Outra mudança está no cálculo do valor da hora de trabalho. Com a redução da jornada e a manutenção dos salários, o valor de referência de cada hora aumentará. Isso também elevará o valor das horas extras e de adicionais calculados com base no salário-hora.

A portaria ainda estabelece regras para bancos de horas, negociação coletiva e regimes especiais de trabalho. Cláusulas de acordos coletivos incompatíveis com os novos limites de jornada e descanso deixarão de produzir efeitos quando as novas regras entrarem em vigor, preservadas as condições mais favoráveis aos trabalhadores.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, nesta terça-feira (24), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou a importância da redução da jornada como uma conquista histórica da classe trabalhadora. Segundo ele, a mudança terá impacto direto na qualidade de vida, especialmente para os trabalhadores submetidos atualmente à escala 6x1.

"É uma grande conquista e traz, evidentemente, impacto para as empresas. Em todo momento de conquista da classe trabalhadora, o setor econômico sempre reclama. Diz que vai fechar, que vai acontecer, e nunca vimos fechar uma empresa por esta razão, por redução e por conquista da classe trabalhadora."

Marinho também reforçou que as empresas que não estabelecerem acordos coletivos deverão cumprir a redução para 42 horas semanais a partir de 16 de dezembro, garantindo os dois dias de descanso. "Tem que reduzir para 42 horas semanais no dia 16 de dezembro e tem que aplicar as duas folgas, sábado e domingo", explicou.

O ministro destaca que "a ideia é que as conversas e o diálogo resolvam. Não queremos entrar imediatamente na lógica da autuação. Estamos implantando a dupla visita para orientar as empresas, orientar trabalhadores nessa primeira fase". E ressalta a importância de que "os empresários corram e que os trabalhadores também corram para fechar (o acordo coletivo) até o dia 16 de dezembro. Isso é o ideal."

Jefferson Rudy/Agência Senado



Servidores cobram reforço do orçamento para garantir valorização salarial em 2027

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) entregou ao presidente Lula, no último dia 19, uma carta com reivindicações dos servidores. O documento defende a valorização salarial da categoria e ressalta que "o fortalecimento de um Brasil soberano e democrático depende também da valorização dos serviços públicos".

A reivindicação se soma às manifestações em relação aos recursos previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 para a recomposição salarial do funcionalismo. Reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, no último dia 22, apontou que os R$ 8,8 bilhões reservados pelo governo federal para reajustes dos servidores do Poder Executivo podem ser insuficientes para garantir a reposição da inflação a todas as categorias.

Segundo a reportagem, o montante representa menos de 3% da folha de pagamento de 2026, enquanto a projeção do Boletim Focus, do Banco Central, indica que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deverá fechar 2026 em 4,49%. O índice é uma das principais referências utilizadas nas negociações salariais.

A insuficiência dos recursos também foi apontada por representantes das entidades do funcionalismo. O presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirmou à Folha que a entidade vai cobrar a reposição das perdas inflacionárias para todos os servidores. "O governo federal reservou R$ 9 bilhões para o reajuste de 2027, mas esse valor não é suficiente nem mesmo para recompor a inflação prevista. Teremos que reforçar o Orçamento", afirmou.

O Unacon Sindical (Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle), que também tem Rudinei Marques na presidência, manifestou-se publicamente sobre o assunto e defendeu o reforço dos recursos destinados aos reajustes salariais no orçamento do próximo ano. O sindicato destacou que continuará cobrando a ampliação dos recursos para garantir a recuperação do poder de compra da categoria.

A carta entregue pelo Fonasefe apresenta uma série de pontos para o próximo mandato do presidente Lula, em defesa dos servidores e do cumprimento dos acordos firmados pelo governo com o funcionalismo entre 2023 e 2026.

O documento também questiona os limites impostos pelo arcabouço fiscal aos investimentos públicos e à valorização dos servidores. Entre as reivindicações estão "a revisão do modelo fiscal" priorizando "as políticas sociais e o fortalecimento dos serviços públicos".

"A atuação histórica das servidoras e dos servidores públicos e de suas organizações representativas foi fundamental para a conquista democrática que se expressou na vitória eleitoral de 2026. Essa mobilização coletiva simbolizou a unidade de ação em defesa da democracia, dos direitos sociais e da reconstrução de um projeto de Brasil soberano, com justiça social e a consolidação de um Estado de Bem-Estar Social", enfatiza a entidade, destacando a importância dos servidores e do serviço público para garantir essas conquistas.

HP CHARGE DO ÉTON



CTB lança campanha contra pejotização: "É a precarização das relações de trabalho"

Em campanha contra a pejotização e em defesa do emprego formal e trabalho digno, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) alerta que a prática, que consiste na contratação de trabalhadores por meio de empresas individuais (PJs), mesmo quando estão presentes as características de uma relação de emprego, "representa uma ameaça aos direitos históricos da classe trabalhadora".

"Apresentada muitas vezes como modernização das relações profissionais e liberdade de contratação, essa modalidade pode esconder a substituição de empregos formais por contratos que retiram garantias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)", afirma a central.

A entidade, que lançou a campanha nacional como o lema "Fortaleça o Exército de Combate à Pejotização", no último dia 16, quer mobilizar trabalhadores, juventude, sindicatos, movimentos sociais e parlamentares em uma verdadeira cruzada sobre o tema, alertando que "a pejotização transfere aos trabalhadores custos e responsabilidades que deveriam ser assumidos pelas empresas, promove a perda de garantias previstas na CLT, compromete a contribuição previdenciária e enfraquece a organização coletiva da classe trabalhadora".

"Na prática, o trabalhador passa a ser tratado como prestador de serviços, embora continue submetido às determinações da empresa, com horários, metas, cobranças e obrigações semelhantes às de um empregado contratado formalmente. A diferença é que, sem o reconhecimento do vínculo empregatício, perde direitos como férias remuneradas acrescidas de um terço, décimo terceiro salário, FGTS, horas extras e proteção previdenciária assegurada pela relação formal de emprego", ressalta a central.

A CTB destaca a importância de envolver a juventude na campanha de esclarecimento e mobilização, já que muitos jovens já ingressam no mercado de trabalho por meio de contratos como PJ, sem carteira assinada e sem acesso a direitos básicos.

"Combater esse modelo de precarização significa defender que as novas gerações tenham a oportunidade de construir uma trajetória profissional com segurança, proteção e dignidade", diz a entidade.

A central salienta que o tema está no centro de uma importante discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá estabelecer parâmetros nacionais para a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas e para o reconhecimento de possíveis fraudes trabalhistas.

Sindicato dos Jornalistas Palestinos condena espancamento por Israel de fotógrafo da Agência WAFA

Comitê de Proteção aos Jornalistas denuncia que tropas de Netanyahu já assassinaram 260 jornalistas desde o início da Guerra de Extermínio em Gaza em outubro de 2023

O Sindicato dos Jornalistas Palestinos (SJP) condenou a agressão ao fotografo Suleiman Abu Srour dos quadros a Agência de Notícias palestina WAFA classificando-a como ~flagrante violação do direito à liberdade de imprensa em ataque a jornalista no exercício de suas obrigações profissionais".

Na declaração, o SJP enfatiza que a agressão "faz parte de uma política sistemática de intimidação dos jornalistas palestinos, obstruindo seu trabalho e barrando-os de informar a verdade e de documentarem as violações do direito por parte de Israel.

O SJP conclamou as organizações sociais e humanitárias internacionais, assim como de jornalistas a agirem com urgência para deter os ataques contra jornalistas palestinos e a exercerem pressão para que os perpetradores sejam responsabilizados e que se ponha fim à atual impunidade para os criminosos.

O Sindicato também saudou o posicionamento do secretário-geral da ONU, António Guterres, sobre as violações e crimes cometidos contra profissionais de imprensa palestinos, com destaque para os crimes cometidos contra a Faixa de Gaza.

A declaração partiu de Guterres no dia 16 e foi entregue aos organizadores do 35º Seminário Internacional de Mídia das Nações Unidas sobre a Paz no Oriente Médio.

Ao enviar a mensagem Guterres denunciou a detenção de muitos jornalistas. Muitos atacados ou mortos no exercício da profissão desde outubro de 2023.

Isso tornou a perseguição no conflito o mais mortal para jornalistas desde a fundação da ONU. O secretário-geral cobrou ainda investigações rápidas e imparciais, responsabilização dos envolvidos e o fim imediato das restrições ao acesso de jornalistas internacionais a Gaza.

Segundo a WAFA, o SJP sindicato também afirmou que "isso ocorre no contexto da ocupação e da incursão militar israelense", atribuindo responsabilidade a forças, agências e colonos israelenses por mortes, detenções, agressões, intimidações e destruição de estruturas e equipamentos de mídia.

Pouco antes da agressão ao jornalista palestino Sror, correspondentes libaneses da emissora Al-Manar, Ali Chbib e o cinegrafista Mohammed Barjawi, sofreram cortes e contusões, devido ao ataque de um drone israelense na cidade de Nabatieh, no sul do Líbano.

De acordo com os relatos da mídia local, a equipe de jornalistas libaneses estava cobrindo os ataques da ocupação israelense no sul do Líbano.

Nova "pane no sistema" atrasa mais de 2.000 voos nos EUA

Uma das principais companhias aéreas dos EUA, a Delta Air Lines, atrasou mais de 2.000 voos nas vésperas do Dia de Ação de Graças, depois de uma falha técnica na manhã de domingo.

De acordo com a mídia americana, uma falha no sistema automatizado que calcula o peso e o balanceamento das aeronaves fez com que técnicos tivessem que calcular manualmente os pesos das bagagens, dos passageiros e do combustível para a decolagem dos aviões enquanto aguardavam a restauração do sistema.

Até a noite de domingo, 2.091 voos da Delta Airlines, que correspondem a 61% dos voos diários estavam atrasados enquanto 226 foram cancelados, de acordo com o site de rastreamento de voos, FlightAware.

Mais essa "pane no sistema" que aconteceu em meio a vários outros incidentes semelhantes nos EUA que afetaram várias empresas de tecnologia, bancos, companhias aéreas, órgãos governamentais e até a rede interna da NSA .

Autoridades do governo americano insistiram que as falhas que aconteceram quase ao mesmo tempo e em um espaço de uma semana, não estão relacionadas e asseguraram que não há indícios de que um ataque cibernético esteja acontecendo nos EUA.

Essa nova interrupção nos voos da Delta Airlines, aconteceu depois de uma grande paralisação em 13 de novembro, quando uma falha atribuída na instalação um roteador defeituoso, causou uma interrupção nas comunicações da Administração Federal de Aviação dos EUA (sigla FAA em inglês) provocando uma paralisação de quatro horas nas decolagens e cancelando mais de 12.000 voos nos EUA.

Dois dias depois, outra falha técnica nos sistemas da United Airlines acabou atrasando centenas de voos, quase ao mesmo tempo em que os sistemas de outras empresas como a Microsoft, a Apple e o banco JPMorgan Chase, tiveram seus serviços interrompidos.

Os sistemas da rede interna da Agência de Segurança Nacional americana (sigla NSA em inglês), a NSANet, usada na comunicação interna das principais agências de espionagem americanas, apresentou uma falha no sistema e ficou fora de operação durante três dias, afetando operações dos serviços de inteligência americanos.

Essas falhas em série acabaram provocando a demissão do encarregado pela política de segurança cibernética do governo de Trump, Sean Cairncross, agora ex-Diretor Nacional de Segurança Cibernética. Depois quando questionado por repórteres, Trump disse que Cairncross, não era "bom o suficiente" para o cargo.

Mesmo com a demissão de Cairncross, Trump e oficiais de seu governo continuaram a negar que houve um ataque cibernético coordenado, Trump disse que "está tudo bem", que as não estão relacionadas e que foram "eventos isolados". O secretário de Estado americano, Marco Rúbio, também disse que não há evidências de ataque cibernético.

Europa se levanta contra cortes sociais para elevar os gastos com armamentos



"Lutamos por nosso futuro e não pela guerra deles", diz cartaz no protesto diante do parlamento em Londres (Isabel Infantes - Reuters)



Protestos condenam submissão ao FMI e cortes nos direitos sociais (AFP)

Colombianos fazem jornada nacional de protesto contra ajuste fiscal de Espriella

A Colômbia viveu, nesta quinta-feira (19), uma efervescente jornada nacional de protestos contra o programa de ajuste fiscal do presidente Abelardo de la Espriella. Convocada por centrais sindicais, organizações populares e partidos de oposição, a mobilização reuniu amplos segmentos da sociedade com o objetivo de impedir que o equilíbrio das contas públicas seja alcançado por meio da redução dos investimentos, da diminuição dos serviços estatais e da transferência dos custos da crise econômica para os trabalhadores e as famílias de baixa renda.

O movimento, que ganhou ainda mais força em Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla, representou a primeira grande paralisação nacional desde a chegada de "El Tigre", o marionete de Washington, à Presidência, em agosto. Nas cidades de Cajibío e Bucaramanga, foram registradas violentas confrontações com as forças de repressão. A jornada também expressou a unidade de setores que, embora tenham agendas próprias, passaram a compartilhar a oposição às medidas econômicas e às políticas de submissão ao receituário neocolonial.

A principal frente de contestação é a chamada Lei de Resgate Econômico, apresentada pelo Executivo ao Congresso, que pretende enfrentar o crescimento da dívida pública combinando aumento de impostos com redução de despesas. Para os oposicionistas, os brutais cortes nas áreas sociais atingem em cheio o consumo popular, o emprego, a educação pública, a saúde e os programas de proteção à coletividade.

AMPLA FRENTE SOCIAL PELA SOBERANIA E PELA DEMOCRACIA

A Central Unitária de Trabalhadores (CUT), uma das principais articuladoras da jornada, colocou no centro da convocação a necessidade de interromper os cortes e defender os direitos conquistados pelos assalariados. Atuando em conjunto com a Confederação de Trabalhadores da Colômbia (CTC), a Confederação Geral do Trabalho (CGT), a Federação Colombiana de Trabalhadores da Educação (Fecode), organizações estudantis e de aposentados, entidades de afrodescendentes e indígenas, associações de mulheres e movimentos comunais de diferentes regiões do país, a CUT reiterou a necessidade de uma "frente de defesa da vida, da dignidade, da democracia, da paz, da soberania e das reformas sociais".

A composição da jornada foi um dos aspectos mais significativos do protesto, que passou a incorporar reivindicações relacionadas à educação, à saúde, à terra, aos direitos humanos e à proteção das comunidades tradicionais.

Entre as organizações indígenas, destaca-se a articulação do Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC), que vem denunciando medidas governamentais relacionadas à exploração de recursos naturais, aos grandes empreendimentos em territórios tradicionais e ao tratamento dispensado às comunidades. Para essas organizações, a defesa dos territórios e da autonomia indígena está diretamente relacionada à resistência às políticas econômicas e de segurança do governo de extrema-direita.

A Fecode vincula a participação da categoria no evento à defesa da escola pública, à crise do sistema de saúde dos professores e à resistência a medidas que apontam, irresponsavelmente, para a privatização da educação, por meio de mecanismos de financiamento e contratação de instituições particulares.

A oposição não se restringe à política tributária: alcança também as medidas do governo relacionadas aos direitos reprodutivos, às políticas de segurança, às garantias democráticas e à liberdade de manifestação.

PACTO HISTÓRICO E LIDERANÇAS POLÍTICAS REFORÇAM A MOBILIZAÇÃO

No campo partidário, o Pacto Histórico, principal força política de oposição e ligado ao ex-presidente Gustavo Petro (2022-2026), mobilizou sua militância e levou de forma vigorosa a contestação ao projeto econômico também ao Congresso Nacional. "Enquanto Abelardo quer impor impostos a quem trabalha, expande a fome, reduz os impostos dos mais ricos do país e deixa as vítimas do terremoto sem soluções", apontou Petro.

Leia a matéria completa no site

Convocados por 50 organizações sindicais e estudantis, maiores protestos ocorreram na França, Alemanha, Itália e no Reino Unido

"Estamos lutando pelo nosso futuro, não pela sua guerra": centenas de milhares de jovens, em mais de 20 países europeus tomaram as praças na sexta-feira (20) para rechaçar a loucura de guerra que vem sendo inflada pelos governos europeus e decorrente devastação social para pagar a conta do rearmamento.

As maiores mobilizações ocorreram na Itália, Alemanha e Reino Unido. Neste fim de semana estão em curso mais protestos, especialmente na França.

As manifestações acontecem quando governos recordistas em impopularidade – como Macron ou Merz – tentam aprovar orçamentos repugnantes para enfiar goela abaixo de seus povos mais cortes, no quadro de carestia impulsionada pela guerra de Trump contra o Irã e alta da energia, remilitarização do velho continente e arrocho nos gastos com educação e direitos sociais, enquanto chantageiam com uma nova guerra "em 1000 dias" na Europa.

Protestos que se somam a cinco greves gerais na Itália, França e Espanha desde setembro, ruas conflagradas por estudantes, coletes amarelos e trabalhadores na França, greves de portuários contra a entrega de armas para o genocídio perpetrado por Israel, e com mais ações previstas para os próximos dias, como uma manifestação em massa na Bélgica na próxima semana e greve geral do setor público na Grécia em 25 de novembro.

"'Um milhão e meio em 100 praças', com muitos estudantes protestando", registrou o jornal italiano Il Fatto Quotidiano, sobre o protesto de sexta-feira na Itália. "Eles estão roubando nosso futuro, bloqueamos as ruas. A praça não está se enchendo, está explodindo", disse ao IFQ a estudante Sara. As principais marchas foram em Milão, Roma e Turim. Outro estudante disse que "estamos simplesmente irritados porque milhões de euros estão indo para a guerra na Ucrânia e em Israel, mas não para escolas como as nossas, que estão entre as piores da Europa".

O protesto estudantil se somou à greve geral convocada pela principal central sindical italiana, a CGIL. Eles protestavam contra o orçamento do governo para 2027 e o aumento disparado dos gastos militares, pagos pela queda dos salários reais, cortes na educação e na saúde. Também exigiam reposição integral das aposentadorias e medidas para evitar o aumento da idade de aposentadoria.

Na Itália, os salários reais permanecem abaixo dos níveis do início de 2021. Em Cagliari, o dirigente da CGIL, Cristian Ferrari, contrastou a falta de recursos para serviços públicos com "14 bilhões em gastos nos próximos dois anos em dívida" em armamentos.

Na Alemanha, onde o ministro da Defesa assevera que haverá uma guerra com a Rússia em "1000 dias" e onde o premiê Merz organizou em Berlim uma cúpula europeia de guerra a fim de avançar na escalada da guerra na Ucrânia e confronto com a Rússia, em paralelo à cúpula Xi-Putin-Trump, o frenesi do atual governo alemão levou jovens às ruas em mais de 100 cidades por mais investimento em educação e contra a volta do serviço militar obrigatório. As manifestações da assim chamada Geração Z ocorreram após protestos em 31 de outubro que atraíram multidões às ruas.

Nesta sexta-feira, foram 10 mil em Berlim. O porta-voz da imprensa dos Comitês de Greve Escolar de Berlim Contra o Alistamento Obrigatório, Joschi, vinculou diretamente a reintrodução do alistamento obrigatório ao rearmamento: "Não se trata de termos que nos defender, de alguma forma. Afinal, o chanceler Merz diz abertamente que a Alemanha deveria ter o exército convencional mais forte da Europa. E supostamente devemos morrer por isso, devemos ser esmagados por drones para que a Alemanha consiga ganhar mais poder na Europa."

Manifestações também em Hamburgo e Stuttgart. No mesmo dia, cerca de 150.000 metalúrgicos participaram da greve de 24 horas convocada pelo IG Metall contra cortes de salário e demissões, enquanto o país vive um processo de desindustrialização.

Leia matéria completa no site

Líder da oposição condena pogroms na Palestina: "É terrorismo judaico"

Gadi Eisenkot, líder oposicionista encarregado pela Presidência de Israel para formar governo o qual deve afastar o criminoso Netanyahu do poder, qualificou corretamente os pogroms que os assaltantes de terras palestinas na Cisjordânia estão perpetrando com crescente ferocidade: "É terrorismo judaico".

"Sabotagem por grupos extremistas ateando fogo a veículos e casas minam a estabilidade regional, colocam vidas sob risco e danifica severamente a segurança do país e suas relações internacionais" postou Eisenkot, que complementou:

"Tais ações lideradas por Ben-Gvir e Smotrich (os mais raivosos entre os fascistas israelenses) na Cisjordânia tem trazido a área à beira da anarquia e descontrole".

Com essa declaração, Eisenkot (partido Yashar) segue outro oposicionista Naftali Bennett que em 23 de novembro já condenara os pogroms de "terrorismo judaico", denunciando a indiferença do governo Netanyahu diante destes crimes.

Apesar do repúdio na medida certa, colocando o foco no terror judaico, uma tácita e contundente resposta que desmonta o discurso de Netanyahu que, derrotado, passou a acusar os parlamentares árabes, dispostos a apoiar o governo de emergência, liderado por Eisenkot, de "apoiadores do terrorismo", o mesmo Eisenkot e o mesmo Benett aceitaram, nestes últimos dias, conversar com líderes do Likud (partido de Netanyahu).

Um retrocesso inaceitável que foi imediatamente repudiado pelo líder do partido Democrata (antigos trabalhistas), Yair Golan, afirmando que tais negociações "falsas" e "vergonhosas" colocam em risco a unidade da oposição.

Em uma postagem no X, Golan chamou Eisenkot à urgência de "abandonar tais discussões e imediatamente reúna uma coalizão alternativa" capaz de formar governo e afastar Netanyahu: "Bom dia. Chegou a hora de parar com estas conversas vergonhosas com o Likud e formar um governo. É preciso apenas coragem. Façamos".

Leia matéria completa no site

Em reunião histórica, Xi cobra fim da guerra fria açulada pelos EUA


Reprodução

Vladimir Putin, Xi Jinping e Donald Trump na reunião trilateral em Shenzhen

"Devemos manter a não interferência nos assuntos internos de outros países", disse Xi Jinping, numa referência às ameaças intervencionistas de Trump

Na tarde desta quinta-feira, 19 de novembro, o presidente Xi Jinping realizou uma reunião histórica em Shenzhen, no sul da China, com o presidente russo Vladimir Putin e o presidente dos EUA, Donald Trump. A reunião era muito esperada em todo o mundo devido ao aumento das tensões internacionais provocadas pela chegada ao poder do neofascismo nos EUA.

A derrota de Donald Trump nas eleições de meio de mandato nos Estados Unidos tirou força de suas ações políticas e fez com que o chefe do MAGA fosse obrigado a uma participação mais acanhada e menos provocativa na reunião. As conhecidas ameaças e arroubos de Trump não tiveram espaço na reunião com Putin e Xi.

A avaliação de especialistas é que a situação criada após sua derrota pode ter como consequência uma redução as tensões internacionais. O destaque ficou por conta da atuação de Xi Jinping em favor da paz. O presidente da China apresentou quatro pontos de vista sobre como as grandes potências devem coexistir adequadamente e salvaguardar conjuntamente a paz mundial. Segue abaixo as quatro propostas apresentadas por Xi Jinping.

"Primeiro, mantenha o respeito mútuo. O respeito mútuo é um princípio fundamental para as relações entre as grandes potências. China, Rússia e Estados Unidos têm condições nacionais diferentes; nenhum pode mudar o outro; trata-se de uma formação histórica e de uma escolha autônoma feita por seus próprios povos. A atitude correta é respeito mútuo, buscar pontos em comum enquanto reservamos as diferenças e desenvolver juntos. Devemos respeitar a soberania e a integridade territorial uns dos outros, respeitar os sistemas sociais e caminhos de desenvolvimento escolhidos uns dos outros, e respeitar os interesses centrais e as principais preocupações uns dos outros. Devemos manter a não interferência nos assuntos internos de outros países. Em questões delicadas importantes envolvendo a outra parte, comunique com antecedência, tenha empatia e aja com cautela — especialmente evite ultrapassar o lucro da outra pessoa.

Segundo, manter a coexistência pacífica. A "Armadilha de Tucídides" não é de forma alguma o destino; a chave depende de como as grandes potências decidem. China, Rússia e EUA devem ser parceiros e amigos, evitar conflitos e confrontos, manter a linha de base da coexistência pacífica e buscar superar a "armadilha de Tucídides". China, Rússia e Estados Unidos são todos grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial e devem salvaguardar firmemente a ordem internacional do pós-guerra, defender os propósitos da Carta das Nações Unidas e defender a vitória arduamente conquistada da guerra. As armas nucleares são a "espada de Dâmocles" pairando sobre as cabeças da humanidade e deveriam ser completamente proibidas e destruídas, estabelecendo, em última instância, um mundo livre de armas nucleares. A guerra nuclear não pode ser vencida, Todo esforço deve ser feito para evitar uma guerra nuclear, cumprir o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e manter a estabilidade estratégica global.

Terceiro, mantenha a cooperação ganha-ganha. Os três países possuíam diferentes dotações de desenvolvimento e forte complementaridade econômica, o que lhes permitia aproveitar suas próprias vantagens e trocar recursos. Devemos abandonar o pensamento da Guerra Fria, fortalecer a cooperação econômica e comercial, integrar as respectivas vantagens dos países ricos em recursos, manufatureiros e consumidores, expandir conjuntamente o bolo cooperativo e alcançar resultados ganha-ganha, em vez de "desacoplar e quebrar cadeias". A segurança energética global enfrenta desafios severos. Os três países podem fortalecer a comunicação e a coordenação para manter conjuntamente a estabilidade e o fluxo fluido da indústria de energia e das cadeias de suprimentos, além de salvaguardar a segurança e estabilidade do mercado global de energia.

Quarto, mantenha o diálogo e a consulta. Desentendimentos entre grandes potências são inevitáveis; sem comunicação, a suspeita pode se espalhar, e pequenos atritos podem escalar para grandes conflitos. Os três países devem manter intercâmbios regulares de alto nível, manter os canais de diálogo abertos em todos os níveis, estabelecer mecanismos de comunicação e prevenção de crises e garantir que os erros de julgamento sejam minimizados, as diferenças possam ser gerenciadas e que as fricções não se intensifiquem. Atualmente, várias disputas globais continuam, questões quentes pressionam a questão e a comunidade internacional espera que as grandes potências façam mais trabalho para mediar negociações de paz. China, Rússia e Estados Unidos devem continuar incentivando as partes a se sentarem e conversarem, usando meios políticos e diplomáticos para resolver disputas".

O termo Armadilha de Tucídides, a que se refere o presidente chinês descreve a forte tendência ao conflito armado quando uma potência emergente ameaça deslocar uma potência hegemônica estabelecida. O termo foi popularizado pelo cientista político Graham Allison a partir da análise do historiador grego Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso (século V a.C.), entre Atenas e Esparta. Ao trazer o termo para o debate, Xi refere-se a atual crise de hegemonia dos Estados Unidos.


Porto de Shenzhen, cidade que recebeu a reunião trilateral

No governo antivacina de Trump, epidemia de sarampo explode em 45 estados

Os Estados Unidos perderam o status de país livre do sarampo, que perdurava desde 2000, comunicou a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o braço regional da Organização Mundial da Saúde, na terça-feira (17), após 5.412 casos confirmados de sarampo este ano em 45 estados e na capital Washington, com dez mortes, de acordo com os números dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC).

A taxa de mortalidade este ano foi mais que o dobro da do ano passado e a mais alta desde 1991. O retrocesso na saúde pública nos EUA foi recebido com protestos de autoridades médicas e conclamações à renúncia do atual secretário sob Trump, Robert Kennedy Jr, o mais notório 'teórico' antivacina e, ao que se diz, por isso mesmo nomeado para o cargo pelo presidente entusiasta da cloroquina e assemelhados.

Para recuperar o status, um país deve encerrar a transmissão e permanecer livre dela por pelo menos 12 meses. O Brasil perdeu seu status em 2019, sob Bolsonaro Pai, e levou até 2024, no governo Lula III, para restaurá-lo.

As 5.412 infecções confirmadas até 12 de novembro nos EUA mais que dobram os casos de 2025 – 2.289. Em 2024, haviam sido 285. Foi a 14ª semana consecutiva em que o CDC acrescentou pelo menos 100 casos. 99% dos pacientes não estavam vacinados ou era ignorado seu status de vacinação. 11% dos infectados necessitaram de hospitalização.

Nos 21 anos de 2004 a 2024, apenas uma única pessoa morreu de sarampo nos EUA, uma mulher do estado de Washington em 2015. Desde que o atual aumento começou em 2025, 13 pessoas morreram, três em 2025 e 10 este ano, cinco delas somente em novembro. A última vez que os Estados Unidos registraram até 10 mortes por sarampo em um único ano foi em 1991, ao final de um surto que gerou cerca de 55.000 casos e mais de 120 mortes entre 1989 e 1991.

Note-se que em janeiro os EUA oficializaram sua retirada da OMS, mas seguem como estado-membro da OPAS. A doença é evitada pela vacina tríplice antiviral, que previne o sarampo, a caxumba e a rubéola, é aplicada a partir de 1 ano de vida e com duas doses tem 97% de eficácia pela vida toda. Para que a imunização de rebanho funcione, é preciso que a taxa de vacinação atinja 95%. Mas no ano letivo de 2025-2026 só 92% dos alunos de jardim de infância estavam protegidos.

Investigação da NBC News constatou ainda que 75% dos condados dos EUA tinham taxas de imunização abaixo de 95% e que, desde 2019, 92% dos condados e jurisdições relataram quedas na vacinação.

Leia a mais no site do HP

Irã recorda as 623 crianças mortas nas recentes agressões dos EUA-Israel


(Arash Khamooshi/Agência Polaris)

Manifestantes denunciam morte de crianças em ataque dos EUA a escola em Minab, no sul do Irã

A memória de 623 meninos e meninas iranianos trucidados pelos mísseis dos Estados Unidos e de Israel nas duas recentes guerras contra o país voltou ao centro do debate internacional neste 20 de novembro, Dia Universal dos Direitos da Criança, lembrado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O presidente da Fundação para Assuntos dos Mártires e Veteranos do Irã, Seyyed Ahmad Mousavi, declarou neste domingo (22) que os ataques do imperialismo e do sionismo durante as guerras de 12 e 40 dias causaram a morte de quase 7.200 pessoas, das quais mais de seiscentas eram crianças.

Durante cerimônia em homenagem às crianças vítimas da agressão, Mousavi mencionou uma família na qual o pai, a mãe, dois irmãos e uma irmã foram assassinados, deixando órfãs dois inocentes, de dois e quatro anos.

Em meio às homenagens, autoridades iranianas denunciaram o elevado número de crianças e adolescentes mortos e cobraram da comunidade internacional providências para investigar os acontecimentos e responsabilizar os envolvidos. A denúncia foi apresentada por Zahra Behrouz-Azar, vice-presidente iraniana para Assuntos da Mulher e da Família, que recordou que os mais de seiscentos pequenos mortos deixaram famílias destruídas e uma profunda marca no conjunto da sociedade. Zahra apontou que milhares de outras pessoas, entre elas crianças, ficaram feridas e enfrentam consequências físicas e psicológicas dos covardes ataques.

Crianças que deveriam estar nas escolas, brincando e construindo seus projetos de vida tiveram a existência interrompida pela violência militar. Outras sobreviveram, mas carregam ferimentos, traumas e a perda de familiares, marcas que perduram.

O presidente da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano, Hossein Kolivand, apelou ao Unicef e a outras organizações internacionais que intensifiquem a assistência médica, a reabilitação, o apoio psicológico e a educação contínua às crianças afetadas. Segundo Hossein, o apoio deve ir além da ajuda emergencial, para garantir o retorno seguro das crianças à vida normal.

Entre os episódios mais graves está o bombardeio da escola Shajareh Tayyebeh, na cidade de Minab, no sul do Irã, em 28 de fevereiro de 2026, primeiro dia dos ataques. Conforme a representação iraniana junto às Nações Unidas, 168 crianças e professores morreram em dois ataques contra a instituição. As vítimas eram, em sua maioria, meninas com idades entre 7 e 12 anos.

A tragédia de Minab tornou-se um dos símbolos da devastação provocada pela guerra contra o país persa. O prédio, atingido por mísseis, transformou-se em memorial, com fotografias das crianças trucidadas.

Leia mais no site do HP

"A violência do ICE precisa chegar ao fim", afirma governador de Washington

A atuação do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega dos Estados Unidos (ICE) voltou a provocar repulsa e condenações país afora, quando a imagem da arrogância e da selvageria de agentes federais contra dois passageiros no Aeroporto Internacional de Seattle-Tacoma viralizou neste sábado (21).

"O caos e a violência do ICE precisam chegar ao fim. É hora de abolir o ICE de Donald Trump. O ICE está completa e totalmente fora de controle... Está além de qualquer reforma", afirmou o governador de Washington, Bob Ferguson. "Hoje é o exemplo mais recente da violência que o ICE tem infligido às nossas comunidades enquanto trabalha para promover a cruel agenda de imigração de Donald Trump. Não há justificativa para essa brutalidade", acrescentou o democrata.

Na avaliação do governador, "a cultura do ICE está falida", afinal, onde já se viu "arrastarem pessoas de pontes de embarque". "Falta moral, falta qualquer decência, é profundamente antiamericana e precisa ser abolida e substituída por algo mais sensato", defendeu.

A operação provocou tumulto, gritos e apreensão entre as pessoas que aguardavam para viajar. Vídeos mostram agentes cercando os passageiros e retirando-os à força.

Segundo o próprio ICE, a operação tinha como alvo Ricardo Larrondo Mendoza, cidadão mexicano que teria permanecido nos EUA após o vencimento do visto. A segunda pessoa detida foi identificada como Sofia Hernandez Mejia. Pela versão das autoridades federais, ela teria arremessado café contra um dos agentes durante a abordagem. A agência alegou que ela também estava em situação migratória irregular e poderia responder por agressão a agente federal. As acusações ainda não haviam sido checadas pelas autoridades.

A truculência da operação, entretanto, tornou-se o centro das críticas. Ferguson classificou as imagens como horríveis e perturbadoras, uma vez que eram agentes mascarados que não se identificaram antes de retirar pessoas da área de embarque.

Ferguson pediu que as companhias aéreas se posicionem contra operações desse tipo nos aeroportos. Disse ter conversado com representantes da Alaska Airlines, a quem solicitou que defenda a retirada do ICE desses espaços, e que faria o mesmo apelo às demais companhias que operam em Seattle-Tacoma.

Em comunicado, a Alaska Airlines informou que não recebeu aviso prévio sobre a operação e que buscava esclarecimentos sobre as circunstâncias da abordagem.

Leia mais no site

Ataque aéreo da Rússia com mísseis e drones atinge complexo militar-industrial da Ucrânia

A Rússia lançou na madrugada desta sexta-feira (20) um dos maiores ataques aéreos da guerra contra a Ucrânia, atingindo estruturas estratégicas do complexo militar-industrial e a cadeia logística que abastece as tropas de Zelensky no front. O presidente Vladimir Putin acredita que a dimensão e a precisão da ofensiva representou uma resposta "mais dolorosa" para Kiev, que, de forma irresponsável e covarde, se concentrou em fazer vítimas civis russas nos dias anteriores.

De acordo com o governo ucraniano, os russos lançaram mais de 110 mísseis, 27 deles balísticos, e 400 drones. Alguns mísseis, disse Zelensky, tinham ogivas de fragmentação, que espalham munições explosivas por uma vasta área, e os disparos ocorreram com intervalos de até 30 minutos.

Os bombardeios foram disparados horas depois de Putin prometer retaliar os ataques aéreos ucranianos desta semana à ponte que liga a Crimeia ao território russo, peça central do esforço de Moscou.

Segundo o Ministério da Defesa russo, em informações repercutidas pela agência Reuters, a ofensiva atingiu com êxito diferentes zonas do território ucraniano, com destaque para Kiev e a região de Odessa. Os alvos foram instalações ligadas à produção militar, à logística de transporte e ao fornecimento de armas, equipamentos e materiais usados na linha de frente.

A ofensiva também alcançou as regiões de Dnipropetrovsk, Mykolaiv, Lviv e Ivano-Frankivsk, além da capital e de áreas próximas, onde foram abaladas empresas de defesa, terminais de armazenamento, instalações de energia elétrica e estruturas de transporte.

Na região de Kiev, os ataques tiveram como alvos importantes estruturas rodoviárias e ferroviárias utilizadas no transporte de equipamentos militares. Conforme admitiram autoridades ucranianas, três pontes sobre o rio Dnipro em Kiev foram danificadas, restringindo fortemente a circulação entre as margens da capital.

Na região de Odessa, os russos afirmaram ter atingido instalações portuárias e embarcações usadas para transportar equipamentos militares ucranianos, entre eles um navio de carga que seguia para o porto de Odessa. Em Mykolaiv, foram alvejados um depósito de mísseis de cruzeiro e a infraestrutura ferroviária.

O setor energético ucraniano também sofreu consequências significativas, com as autoridades apontando danos em instalações de geração e distribuição de eletricidade, com interrupções no fornecimento em diferentes localidades, além de atrasos no transporte de passageiros e dificuldades na circulação de mercadorias.

Em Kiev e na região, os ataques atingiram uma instalação de produção de VANTs (veículos aéreos não tripulados), uma fábrica de metalurgia do pó e unidades da empresa Fire Point, usadas para a montagem e a preparação de mísseis de cruzeiro FP-7 "Flamingo". Em Ivano-Frankivsk, Dnipropetrovsk e Chernihiv, foram atingidas instalações de energia; em Lviv, uma fábrica do setor aeronáutico e uma subestação elétrica que atendiam ao exército ucraniano.

Em apenas uma semana, as Forças Armadas da Rússia realizaram dois ataques de grande escala e 11 ataques em grupo contra instalações do complexo militar-industrial ucraniano. Os militares russos destruíram 13 mísseis de cruzeiro "Flamingo", oito mísseis "Neptune", mais de 6.800 drones ucranianos de asa fixa e 12 navios de carga que transportavam armamentos para a Ucrânia.

"Eles começaram a atacar nossos navios-tanque no Mar Negro; em resposta, passamos a agir da mesma forma. No entanto, nossas medidas de retaliação mostraram-se muito mais dolorosas para o regime do que a tentativa deles de prejudicar nossa economia", ressaltou Putin.

Leia mais no site do HP

CNAB celebra no SESC os 100 anos do revolucionário Eduardo de Oliveira

Em evento em parceria com o Sesc Pompeia, CNAB homenageou personalidades e entidades com Medalha Zumbi dos Palmares e show de Nei Lopes

JOSI SOUSA

HP ESPECIAL

O Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) e o Sesc Pompeia realizaram, no domingo (22), a Cerimônia Comemorativa do Centenário do professor, poeta, escritor e ativista Eduardo Ferreira de Oliveira, durante a Semana da Consciência Negra. O encontro reuniu familiares, representantes do movimento negro, lideranças políticas, sindicalistas, estudantes e militantes para celebrar a trajetória e o legado de uma das importantes referências históricas da luta contra a discriminação racial no Brasil.

Presidente do CNAB, Irapuan Santos, destacou que Eduardo de Oliveira foi um brasileiro revolucionário, cuja atuação ultrapassou a luta contra a discriminação racial e se vinculou a um projeto amplo de transformação nacional. Segundo ele, o professor teve a capacidade de reunir diferentes forças em torno da construção da nacionalidade brasileira e do reconhecimento do papel histórico da população negra.

"Ele foi um homem que dedicou a sua vida à luta, com uma concepção de transformações extremamente ampla e profunda", afirmou.

Primeiro vereador negro eleito na cidade de São Paulo, Eduardo de Oliveira foi fundador do CNAB e autor do Hino à Negritude. Com uma vida dedicada à educação, à poesia e à atuação política, defendeu o reconhecimento da contribuição da população negra para a formação econômica, social, cultural e histórica do país.

Irapuan ressaltou que uma das características mais marcantes de Eduardo foi a compreensão de que a população negra precisava ter reconhecida sua participação em todos os campos da vida nacional, para além da história da escravidão.

"Um homem que teve a capacidade profunda de resgatar o papel que os negros tiveram na constituição desse nosso Brasil. Essa era a marca do professor Eduardo", declarou.

Como exemplo dessa concepção, lembrou o primeiro discurso de Eduardo de Oliveira na Câmara Municipal de São Paulo, em 1963, quando assumiu o mandato de vereador. Na ocasião, o professor destacou a presença e a contribuição dos negros em diferentes áreas, como literatura, medicina, engenharia, esportes e cultura.

Para Irapuan, a homenagem ao centenário também representa o reconhecimento das gerações que construíram as bases das lutas atuais. Ao recordar a peça Rasga Coração, de Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, mencionou a homenagem que o dramaturgo fez à geração que o antecedeu e que contribuiu para mudar o Brasil.

"O revolucionário nem sempre é novo, absolutamente, e o novo nem sempre é revolucionário", citou Irapuan, destacando a importância de valorizar aqueles que dedicaram suas vidas à transformação da sociedade.

O presidente do CNAB também ressaltou que a celebração reunia diferentes expressões da luta popular: o movimento negro, os trabalhadores organizados, as mulheres e a juventude.

"É uma noite muito especial. [...] Nós vamos celebrar a vida, a luta e as transformações que nós precisamos fazer nesse país", afirmou.

A referência reforçou o sentido histórico da homenagem a Eduardo de Oliveira: reconhecer a resistência negra como parte constitutiva da história brasileira e valorizar a luta daqueles que enfrentaram a escravidão, o racismo e as desigualdades.

Um dos momentos marcantes da noite foi a execução de uma edição comemorativa do Hino à Negritude, composto por Eduardo de Oliveira, aos 16 anos, a partir da década de 1940, inicialmente com o título de "Hino 13 de Maio". A obra foi oficializada em âmbito nacional pela Lei nº 12.981/2014 e se tornou símbolo da valorização da história, da identidade e da contribuição afro-brasileira.

O filho de Eduardo de Oliveira, José Francisco, recebeu um título póstumo em reconhecimento à luta do professor e nomeando-o como presidente de Honra do CNAB.

LUTA E RESISTÊNCIA

Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo também saudou a trajetória de resistência dos povos originários e da população negra diante da exploração colonial e da escravidão. Em sua intervenção, relacionou a formação do capitalismo à violência contra os povos indígenas e à escravização de africanos trazidos à força para o Brasil.

"Quando esse capitalismo selvagem achava que ia escravizar os nossos irmãos indígenas, povos originários, investindo contra os nossos irmãos na África, que aqui foram escravizados, eles achavam que aqui a gente não ia construir uma resistência", afirmou.

Adilson enfatizou que a história brasileira foi marcada por sucessivas revoltas contra a escravidão e a opressão. "Passado o tempo, muitas revoltas. Muitas revoltas", destacou, mencionando a Revolta dos Alfaiates e a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, em Salvador.

MEDALHA ZUMBI DOS PALMARES

O CNAB concedeu a Medalha Zumbi dos Palmares a lideranças e entidades que contribuíram com a luta antirracista e pelo desenvolvimento nacional durante a cerimônia.

Quem recebeu a Medalha:

PERSONALIDADES

Nei Lopes – Compositor, cantor, escritor e estudioso das culturas africanas e brasileira;

Carlos Lopes – Diretor de redação da Hora do Povo e vice-presidente do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Vitor da Trindade – Músico, ogan alabê, pesquisador e neto do escritor e teatrólogo, Solano Trindade

Wellington Sousa – Fundador do Coletivo Negros do Bixiga;

Mestra Saruê – Associação de Capoeira Dragão do Mar;

Hicaro Leandro – Secretário-adjunto de Cultura e Turismo de São Carlos;

Catia Nega Show – Diretora de Assuntos da Mulher da NCST e de Promoção da Igualdade Racial e Gênero da NCST-SP

ENTIDADES HOMENAGEADAS

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) – representada pelo presidente, Adilson Araújo;

União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) – representada pelo diretor de Igualdade Racial, Ryan Alencar;

Federação das Mulheres Paulistas – representada pela presidente Keila Pereira.

NEI LOPES ABRILHANTA A NOITE

A programação foi encerrada com um show especial de Nei Lopes, cantor, compositor, escritor e uma das grandes referências do samba brasileiro. Sua apresentação deu à celebração um encerramento dedicado à música e às tradições culturais afro-brasileiras, em sintonia com o legado do professor Eduardo de Oliveira.

Com mais de trezentas canções gravadas por ele e por outros intérpretes, Nei Lopes construiu uma obra profundamente ligada à história e à cultura negra. Bacharel em Direito e Ciências Sociais, é também autor de importantes estudos sobre a presença africana na formação cultural do Brasil.

Entre seus trabalhos está o Dicionário da história social do samba (Civilização Brasileira, 2015), escrito em parceria com Luiz Antonio Simas. Sua trajetória como pesquisador, escritor e artista faz de Nei Lopes uma das expressões mais importantes da preservação e valorização da memória afro-brasileira.









No alto, diretores do CNAB, alguns dos homenageados com a Medalha Zumbi dos Palmares, e José Francisco, que recebeu pelo seu pai, Eduardo de Oliveira, o título póstumo de Presidente de Honra do CNAB. Da esquerda para a direita, o presidente do CNAB, Irapuan Santos, Ubiraci Dantas e o presidente da CTB, Adilson Araújo. Ao lado, o cantor e compositor Nei Lopes, que recebeu sua homenagem durante sua apreentação. (Fotos: Vitor Solemar/CNAB)

